



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**PALMIRA KARLYERE DE ANDRADE JANUÁRIO**

**POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA: A REVOLTA DE  
PRINCESA (1930)**

**GUARABIRA/PB  
2009**

**PALMIRA KARLYERE DE ANDRADE JANUÁRIO**

**POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA: A REVOLTA DE  
PRINCESA (1930)**

Monografia apresentada à  
Coordenação do Curso de  
Graduação em Licenciatura Plena  
em História da Universidade  
Estadual da Paraíba, em  
atendimento às exigências para a  
obtenção do Grau de Licenciado em  
História.

**Orientador: Profº Fabrício de Sousa Morais, Mestre.**

**GUARABIRA/PB  
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

J33p

Januário, Palmira Karlyere de Andrade

Política e relações de poder na Paraíba: a revolta de Princesa (1930) / Palmira Karlyere de Andrade Januário. – Guarabira: UEPB, 2009.

73f.

Monografia - Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Fabrício de Sousa Morais”.

1. História da Paraíba      2. Política - Coronelismo  
3. Revolta de Princesa      I.Título.

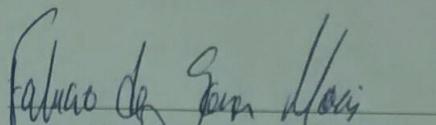
22.ed. 981.33

PALMIRA KARLYERE DE ANDRADE JANUÁRIO

POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA: A REVOLTA DE PRINCESA  
(1930)

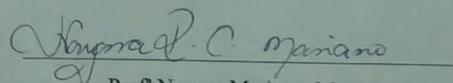
Monografia aprovada em 17 / 12 / 2009

Banca Examinadora

  
Prof<sup>o</sup> Fabricio de Sousa Morais, Mestre  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup> Mayrinne Meira Wanderley, Mestra  
Examinadora

  
Prof<sup>a</sup> Nayana Mariano, Mestra  
Examinadora

GUARABIRA/PB

2009

Primeiramente a Deus, depois a meus pais, Pedro Januário da Silva e Maria Margareth de Andrade Januário que, além de me darem a vida pelo consentimento de Deus, não mediram esforços pra que eu estudasse, me oferecendo oportunidades iguais a esta que hoje me faz uma pessoa vitoriosa.

Aos meus irmãos, Paloma e Pedro Filho, por estarem sempre presentes em minha vida, principalmente por me darem apoio em minhas decisões. Como também, ao meu sobrinho Ricklmin, por sua alegria contagiante de criança feliz.

A meu noivo, Manuel Netto, por toda dedicação e carinho destinado a minha pessoa e, também, por seu companheirismo e sua paciência durante a elaboração deste trabalho.

Por fim, a todos aqueles que acreditaram em mim e me ajudaram durante toda minha jornada acadêmica.

**DEDICO**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ser supremo, pelo dom da vida, não apenas pela minha, mas também pela a vida daqueles que me rodeiam, agradeço também a Ele, por minha saúde e minha determinação, as quais me fizeram chegar até aqui.

Aos meus pais, que foram exemplos de vida pra mim, principalmente, me fazendo trilhar os caminhos da sabedoria, me dando bases para meus estudos.

Às minhas avós, Anailde (In memoriam) e Josefa Maria, que sempre acreditaram em mim. Ao meu avô, Severino Januário que, ao falar de mim, mostra todo seu orgulho por me ter como neta.

Aos meus irmãos, Paloma e Pedro Filho, pela convivência e pela partilha de momentos únicos em minha vida.

Aos professores que deixaram em mim um pouco de sua sabedoria e por terem me ajudado em minha formação profissional e pessoal. Em especial à Prof<sup>a</sup> Serioja Mariano que, no início do curso, me incentivou a trabalhar com tal tema.

Ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Fabrício Moraes, por sua dedicação, paciência e apoio no amadurecimento dos meus conhecimentos, levando a execução e conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos conquistados no decorrer deste curso, onde através do convívio diário e da troca de experiências, acrescentaram e contribuíram diretamente no meu amadurecimento: Alexandre Lima, Ana Paula, Daniel Torquato, Isabel Cristina, João Paulo, Joeldson Cláudio, Joselly Dayse, Kaline Maria, Ionara, Ozana Araújo, Paula cristina, Paula Maria, Robson José, Sirlaine Cristina, Williams Dantas e, em especial, Idaiana Cunha e Leniraldo Varelo, com quem partilhei os melhores momentos deste curso e por sua amizade sincera que perdura até hoje e que quero levar pelo resto da vida.

Ao Sr. Manuel Luís de Oliveira e sua família, como também aos casais Ivete/Josimar Rocha e Jandira/Júnior Rocha por terem aberto as portas de suas residências à minha pessoa durante o tempo desta graduação e, pela amizade cultivada.

A Douglas Emanuel e sua esposa, Daniely por terem me prestado apoio relevante na execução deste trabalho.

Enfim, a todos que mesmo distante, torciam por mim e acreditavam nessa vitória.

Eu procuro por mim.  
Eu procuro por tudo o que é meu  
e que em mim se esconde.  
Eu procuro por um saber  
que ainda não sei,  
mas que de alguma forma já sabe em mim.  
Eu sou assim...  
processo constante de vir a ser.  
O que sou e ainda serei  
são verbos que se conjugam  
sob áurea de um mistério fascinante.  
Eu me recebo de Deus e a Ele me devolvo.  
Movimento que não termina  
porque terminar é o mesmo que deixar de ser.  
Eu sou o que sou na medida em que  
me permito ser.  
E quando não sou é porque o ser eu não  
soube escolher.

Fábio de Melo

JANUÁRIO, Palmira Karlyere de Andrade. **Política e relações de poder na Paraíba: A Revolta de Princesa (1930)**. 73 p. Monografia (Licenciatura Plena em História). Guarabira/PB – Campus III da UEPB, 2009.

## RESUMO

Esse estudo traz em sua essência a discussão sobre os fatos que ocorreram na Paraíba, durante o período da “Primeira República”. Fatos estes que vieram a desencadear um conflito armado, dentro do citado estado, entre dois tipos de poder: o “poder privado” e o “poder instituído”. O primeiro, caracterizado pelo coronel, figura que constituía a base do sistema político da época; e, o segundo, concentrado nas mãos do chefe político estadual. Como entendimento para o desenrolar desse conflito, tal pesquisa analisa o sistema político da época, que se caracterizava pelo poder oligárquico. Onde o mesmo era estabelecido por articulações que envolviam os governos da República, dos Estados e dos municípios, sendo este último, muitas vezes concentrado nas mãos dos coronéis.

**Palavras-chave:** Política na Paraíba, Coronelismo, Revolta de Princesa.

JANUÁRIO, Palmira Karlyere of Andrade. **Politics and relationships of power in Paraíba: Princess's Revolt (1930)**. 73 p. Monografia (Full Licenciatura in History). Guarabira/PB - Campus III of UEPB, 2009.

## **ABSTRACT**

That study brings in its essence the discussion on the facts that happened in Paraíba, during the period of the " First Republic ". Facts these that came to unchain an armed conflict, inside of the mentioned state, among two types of power: the " deprived " power and the " instituted " power. The first, characterized by the colonel, represents that constituted the base of the political system of the time; and, the second, concentrated in the state political boss's hands. As understanding for uncoiling of that conflict, such research analyzes the political system of the time, that was characterized by the power oligárquico. Where the same was established by articulations that involved the governments of the Republic, of States and of the municipal districts, being this last, a lot of times concentrated on the colonels' hands.

**Word-key:** Politics in Paraíba, Coronelismo, Riots of Princess.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 OS PRIMÓRDIOS DA REPÚBLICA NO BRASIL E NA PARAÍBA</b> .....	13
2.1 A República no Brasil.....	13
2.2 A Paraíba recebe a República.....	19
<b>3 O POLÍTICO JOÃO PESSOA</b> .....	24
3.1 Uma breve biografia de João Pessoa.....	24
3.2 Um político reformador na Paraíba.....	28
3.2.1 João Pessoa e suas ações reformistas.....	33
3.2.2 A “Guerra Tributária” .....	36
3.3 João Pessoa e a Aliança Liberal.....	40
<b>4 O INÍCIO DO FIM: A “REVOLTA DE PRINCESA”</b> .....	45
4.1 Antecedentes da guerra.....	45
4.2 Guerra em Princesa.....	55
4.2.1 O ato de bravura da cidade sertaneja: O Território Livre de Princesa”.....	61
4.3 O fim da luta em Princesa.....	64
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	71

## Capítulo I – INTRODUÇÃO À TEMÁTICA PROPOSTA

---

*“A última palavra da História não é a derradeira, mesmo porque a História se faz das histórias que se repetem”.*  
Alberto Rangel

### 1 Introdução

O presente trabalho examina os fatos que ocorreram na Paraíba durante o período chamado de “República Velha”, onde os mesmos trazem como conseqüências um luta armada entre as forças legais do Estado e o poder privado detido nas mãos de um coronel, seguidos da morte do então presidente do Estado.

O estudo pode ser justificado pela oportunidade do tema, sua importância traz consigo um meio de se entender, culturalmente, como a política, durante a Primeira República, funcionava na Paraíba. Política esta, fundamentada, num sistema oligárquico que tinha em suas bases a figura do coronel.

A análise dos fatos que ocorreram na Paraíba em fins da década de vinte, do século passado, também são relevantes para esse estudo da política da época. Pois esses ocorreram quando duas forças políticas, “o poder privado e o poder instituído”, que outrora se viam ligados, haviam entrado em atrito, dando início a uma ferrenha luta, que se intitulava de “Guerra de Princesa”.

Essa luta também se mostra importante na questão política, quando a cidade que serviu de palco para tal episódio, declarou-se independente de seu Estado, a Paraíba. Isso serve para demonstrar o quanto era grande o prestígio e o poder, daqueles que comandavam o sertão paraibano, os chamados coronéis.

Tal pesquisa se divide em três capítulos que, gradativamente, leva-nos à sua essência: a Revolta de Princesa”.

No primeiro capítulo procurei fazer um apanhado sobre como o Brasil e a Paraíba receberam o novo regime político: a República. Enfatizando traços culturais desse novo regime político em seus primeiros anos. Como também seus

aspectos, a exemplo do mandonismo local, do coronelismo e do poder das oligarquias, traços esses que marcaram a política da época.

Já o segundo, traz um estudo sobre a vida e a política de João Pessoa no governo da Paraíba. Pois foi neste momento que a Paraíba foi palco da luta armada entre dois poderes que outrora se viam unidos. Enfatizando pontos primordiais para a eclosão de tal luta. Os quais se referem às ações de João Pessoa que,

Imbuído de um espírito inovador, delineia um programa de reformas para moralização dos costumes. Objetivando a realização de suas metas tenta impor uma administração presidida por padrões que não levavam em conta as velhas práticas consolidadas pela tradição e apoiadas no prestígio e no poder dos “coronéis”. A implantação dessas metas ditadas pelo idealismo do presidente paraibano, iria necessariamente contrariar os interesses e a influência dos grupos tradicionais. Esses grupos tem no movimento armado de Princesa sua reação mais veemente. (RODRIGUES, 1978, p. 171).

E, por último, o terceiro se detém no estudo sobre a Revolta. Relatando episódios da mesma, mostrando a visão de ambos os lados envolvidos. Seu término se dá com a morte de João Pessoa, fato que, dava fim a rebelião, como também ajudava a levar Getúlio Vargas ao poder da União.

Portanto, o presente trabalho traz consigo um valor cultural e social, não só para história da Paraíba, como também para história do Brasil, à medida, em que a mesma, contribui para o movimento de 30, que pôs fim ao primeiro período republicano, baseado no poder das oligarquias, como também, caracterizado pela “Política dos Governadores”.

## CAPÍTULO II – OS PRIMÓDIOS DA REPÚBLICA NO BRASIL E NA PARAÍBA

---

*“Quanto mais permanente for o confronto de opiniões divergentes e conflitantes – mais próximos estaremos da verdade histórica”.*

*José Joffily*

### 2.1 A República no Brasil

No final do século XIX, o Império brasileiro vivia um momento de crise em que várias questões, entre elas a Campanha Abolicionista, a questão religiosa e a militar estavam contribuindo para tanto. O resultado disso foi que, a monarquia passava a fazer parte do passado do Brasil, dando espaço para República entrar em cena. Em virtude disso, no dia 15 de novembro de 1889, o Brasil deixava a monarquia, que representava o antigo, para trás com a deposição de D. Pedro II, tornando-se assim, uma república federativa, seguindo o modelo norte-americano. Segundo MOTTA (1999, p. 49): “Várias características tornavam a República norte-americana atraente: sua antiguidade, sua estabilidade política, seu sucesso econômico e, o principal, seu caráter federalista”.

Essa mudança de regime governamental ocorreu por meio de um golpe, liderado por militares que se encontravam insatisfeitos com a política do Império e viam no novo regime a vinda de novos tempos para o Brasil. É importante destacar que a maioria desses militares eram jovens estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, que se dedicavam mais a carreira científica do que a militar e que tinham uma visão de progresso, o que é explícito no manifesto republicano do tenente Lauro Sodré, que diz: “a realeza, representa a causa do nosso atraso” (citado por CASTRO, 2000, p.24).

Esses jovens militares eram atraídos pelas idéias positivistas, as quais se tornaram ideologia e instrumento de ação para os mesmos. O positivismo foi

difundido pelo filósofo francês Auguste Comte, e tinham suas crenças na ciência. Percebe-se aí uma certa relação entre as idéias republicanas e as idéias “científicas”, já que ambas visavam a evolução. E a evolução, para “mocidade militar”, significava o fim da monarquia no Brasil; sendo parte do processo evolutivo, a República, cedo ou mais tarde, chegaria no Brasil. Isso pode ser melhor explicado da seguinte maneira:

O republicanismo da “mocidade militar” era oriundo da valorização simbólica do mérito individual somada à cultura cientificista hegemônica entre os alunos e jovens oficiais “científicos”. As últimas décadas do século XIX viram a aproximação cada vez mais estreita entre o “culto da ciência” e o republicanismo (CASTRO, 2000, p. 23).

Foi escolhido para liderar esses jovens conspiradores da República, a pessoa de Benjamim Constant, autor da frase exposta na Bandeira Nacional Brasileira: “Ordem e Progresso”. Que nada mais é do que um manifesto de evolução, baseado no positivismo. Benjamim pregava que o exército deveria ter uma posição de destaque no Estado, garantindo ordem e progresso ao Brasil. É de grande valia destacar, também, a participação do Marechal Deodoro da Fonseca, que é tido como aquele que proclamou a República no Brasil, destacando que o mesmo não era um republicano. O que ele queria, era mostrar a honra do Exército Brasileiro, que estava sendo alvo dos abusos políticos da monarquia. O fato dele não ser a favor da República pode ser comprovado numa carta de sua autoria enviada a um de seus sobrinhos, que diz:

República no Brasil é coisa impossível, porque será verdadeira desgraça. Quem quer República, quer que o Brasil seja dos gaspares, Cotegipe, Paulino de Sousa etc. os brasileiros estão e estarão muito mal educados para os “republicanos”. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela... Não te metas em questões “republicanas”, porquanto República no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa; os brasileiros nunca se preparão para isso, porque sempre lhes faltarão educação e respeito para isso (Citado em CASTRO, 2000, p. 41 e 42).

Porém, nem só de militares viveu o movimento republicano no Brasil. Há, embora numa menor escala, a presença civil defensora da causa republicana. Alguns civis deram sua contribuição através do Partido Republicano. Sendo que estes mantinham certa divergência com os militares; pois, os primeiros defendiam o federalismo que dava grande importância aos interesses e autonomia dos

estados. Já os militares, defendiam a idéia positivista de que o poder tinha que ser centralizador, sem liberdades aos demais estados.

Muitos monarquistas também aderiram às idéias republicanas pelo fato de, como os militares, estarem descontentes com outras práticas da monarquia. Esse foi o caso dos grandes proprietários cafeicultores, que se sentiram prejudicados com a abolição da escravatura, que foi um golpe fatal para o fim do Império. E, dessa forma, a Monarquia se via sem o apoio de seus antigos partidários, os escravocratas.

Tal golpe, como de costume, não contou com a participação do povo, que ficou excluído de tal ação. Apenas uma minoria militar fez parte deste, até mesmo, boa parte da elite da época ficou de fora. Diferentemente do que pregava as idéias republicanas, em que em sua teoria o poder estava nas mãos do povo, que elegia seus próprios representantes, a República não é vista como filha dos interesses coletivos, pelo contrário, ela nasceu dos interesses de um pequeno grupo que via nela um caminho para o crescimento do Brasil.

Essa exclusão das camadas populares será bem colocada na frase do republicano paraibano Aristides Lobo que diz que o “povo assistiu tudo bestializado, sem compreender o que se passava” (citado por CARVALHO, 1987, p. 9).

Ainda no contexto da não participação da população na instalação da República levará alguns críticos observadores a enxergar, principalmente a cidade do Rio de Janeiro, como um local onde as pessoas aceitam sem contestar a qualquer coisa imposta a eles. Isso pelo fato de que não houve nenhuma reação de entusiasmo com relação à Proclamação da República; o que notou-se foi apenas uma expressão de surpresa. Essa insatisfação popular era muito estranha já que, o regime republicano dava às pessoas a situação de cidadãos capazes de escolher o futuro da nação. Porém, esse lado da República ficou apenas na teoria. Isto vai estar expresso na frase de Louis Couty, que diz “A situação funcional desta população [do Brasil] pode resumir-se em uma palavra: O Brasil não tem povo”. (citado por CARVALHO, 1987, p.66).

A instalação da República no Brasil, ao contrário do que se esperava, não trouxe mudanças, com relação ao processo histórico brasileiro. O novo regime manteve seu olhar no passado; práticas que, pela lógica, deveriam ser deixadas pra trás junto com a Monarquia, continuaram sendo praticadas nesse novo

tempo. Essas permanências eram perceptíveis no setor econômico, como também na estrutura social (cf. COSTA, 1999, p. 490).

A economia brasileira, no final do Império, sendo este um país predominantemente agrário, estava baseada no setor agro-exportador, cujo principal produto era o café, que tinha assumido uma grande importância econômica em relação ao comércio exterior. Sendo assim, a elite era composta pelos grandes proprietários rurais, produtores de café. Esse quadro vai permanecer no Brasil, até porque o café não contava com grandes concorrentes no mercado internacional e fez com que se consolidasse o poder dos ricos cafeicultores, principalmente, do sul do país. E essa elite se manteve em suas posições, explorando o pobre, que continuou vivendo em péssimas condições.

Dessa pequena elite detentora do poder, surge o sistema político oligárquico vivido pelo país na época, onde um número mínimo de pessoas detinha o poder político em suas mãos.

A estrutura política do Império também permaneceu dentro do regime republicano. Esta tinha como base o mandonismo local, que foi possível através da ascensão das oligarquias agrárias (cafeeiras), como já foi citado acima. Esse caráter conservador da República era um meio de agradar apenas aqueles que faziam parte da classe dominante agrária, que concentrava em suas mãos a riqueza nacional, dando liberdade às mesmas para aumentar ainda mais seu poder.

Se entende por mandonismo, na visão de José Murilo de Carvalho (1997):

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.

O predomínio das oligarquias agrárias, que serviam como base à República Velha, (denominação referente ao período que vai de 1889 a 1930), presente nos primeiros anos da República chega a seu ápice com a chamada política do “Café com Leite”. Política esta que traz em sua essência a ligação

entre dois estados brasileiros, Minas Gerais e São Paulo, por se destacarem no cenário econômico do país, como produtores de café. Porém, esta ligação, numa análise mais sólida, destrói o mito que envolve o poderio político da União apenas entre esses dois estados, por causa de sua economia. Na época, haviam mais quatro estados (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco), que contribuíam efetivamente para economia do país, onde juntos, “os seis, para garantirem sua hegemonia, possuíam uma forte economia e (ou) uma elite política compacta e bem representada no Parlamento” (VISCARDI, 2005, p. 44). Assim, a “política do café com leite” não foi caracterizada pelo revezamento do poder da União entre Minas e São Paulo, tendo feito parte deste poder, presidentes que não pertenciam a tais estados, mas indicados por eles, a exemplo do paraibano Epitácio Pessoa, que fora indicado por Minas Gerais.

Participaram também desse cenário o Exército e o Executivo. O primeiro tem um grande destaque logo no início na República, sendo estes a efetivá-la. E, o segundo, por manter em suas mãos o sistema oligárquico, principalmente, ao impor controle sobre as oligarquias consideradas fracas.

É importante destacar, dentro da fase da chamada República Velha, o período conhecido como “Política dos Governadores”. Este arranjo político tinha como base a troca de favores entre governadores e presidente, onde tinha como objetivo a permanência no poder das grandes oligarquias brasileiras. Evitando, através desses favores, um possível conflito entre governo federal e oligarquias estaduais. Isto é colocado por José Murilo de Carvalho (1997) da seguinte forma:

O governo estadual garante, para baixo, o poder dos coronéis sobre os seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste e de seu domínio no Estado.

A partir do entendimento de todo esse desenrolar político, é possível compreender o poderio das oligarquias estaduais, que tinham como base a figura do coronel. É partir daí, que vai se usar o termo “coronelismo” para designar, também, uma das práticas da política brasileira nos primeiros anos da República. Prática esta que estava baseada numa espécie de troca de favores que ia desde o humilde trabalhador rural aos mais altos cargos políticos. Essa troca de favores pode assim ser colocada:

[...] o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras (LEAL, 1975, p. 40).

A princípio, o título de coronel era uma patente da Guarda Nacional e podia ser recebido ou comprado. O termo, geralmente, era utilizado para designar fazendeiros mais ricos de um determinado local. O que foi facilitado pela estrutura agrária do país, que dava sustento ao mesmo, como já foi citado. Assim, a economia brasileira da época vai ajudar na formação do poderio destes coronéis, ampliando sua riqueza e fazendo com que muitos tornem-se seus subordinados.

Na República Velha, o coronelismo, enquanto fenômeno político e social, vai ganhar forças através do seu controle sob a política local. Assim, as expressões “voto de cabresto” e “curral eleitoral” vão ser consideradas fenômenos típicos dos primeiros anos da República, apontadas como símbolo de impunidade e autoritarismo.

Essas práticas eram utilizadas nas épocas de eleições onde o coronel indicava a pessoa a qual seus “afilhados” teriam que votar. Assim, o cidadão se dirigia ao local da votação e dava seu voto aberto, onde antes era orientado em quem votar; e, para que não caísse em contradição, era acompanhado por um jagunço ou capanga (homens leais do coronel), que garantia que vontade do coronel fosse atendida.

As pessoas mais pobres eram levadas a atender tais exigências eleitorais do coronel por uma espécie de troca de favores, onde o coronel lhes garantia a proteção necessária e os ajudavam em momentos críticos. Essa relação é conhecida como “compadrio”. O que é bem colocado por Victor Nunes Leal (1975, p. 43), quando fala sobre essas necessidades: “[...] É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades”.

Além da relação de compadrios, outras representações surgiram para designar o “coronelismo”. São elas: “[...] o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais” (LEAL, 1975, p. 41).

O coronel tornou-se uma figura importante na política da República Velha, na medida em que ele controlava o maior número de votos destinados aos governantes estaduais ou federais, garantindo a permanência destes no poder. E, em troca, recebia condições favoráveis para preservar seu domínio local.

As corrupções eleitorais não paravam apenas na hora da votação. Ao fim destas, caso o resultado não fosse favorável à classe dominante “existia o mecanismo da degola, garantido pela Comissão de Verificação do Poderes que podia vetar um eleito indesejado” (MORAIS, 2007, p. 47)

É perceptível através dessas práticas que, a chamada democracia, filha do regime republicano, não passava de algo longe de se tornar real. E, é no meio dessa corrupção política que a República no Brasil vai dar seus primeiros passos.

## **2.2 A Paraíba recebe a República**

Quando foi proclamada a República no Brasil, a Paraíba, como também outros estados, que se identificavam mais com a monarquia não a viram com bons olhos. Assim, “a República chegou à Paraíba sem ter quem a recebesse” (ALMEIDA, 1978, p. 207).

Para tanto, contribuiu o fato de que o Estado não contava com uma atuação republicana que se encarregasse de levar as idéias desse regime ao povo. Pouquíssimas foram as propagandas políticas a favor da república, quase inexistentes. A presença das idéias republicanas era bem mais forte no sul do país. A condição da propaganda republicana na Paraíba é expressa a seguir:

“A imprensa republicana na Paraíba não havia. Já na última hora, perto da proclamação da República, a Gazeta da Paraíba, órgão monarquista, de Eugênio Toscano de Brito, cedeu uma de suas colunas para escoamento da propaganda republicana. No interior, dois jornalinhos, vez por outra, davam um vagido em prol da República. Eram a Verdade, em Areia e a Gazeta do Sertão, em Campina Grande” (ALMEIDA, 1978, p. 207).

Mesmo havendo essa quase inexistência de práticas republicanas no Estado, não faltou paraibanos que levantassem essa nova bandeira, mesmo fora da Paraíba.

[...] A Paraíba poderia apontar como suas, entre o grupo histórico, as grandes figura de Aristides Lobo e Maciel Pinheiro, filhos de nossa terra. Mas esses evoluíram e laboraram sempre lá fora [...]” (MARIZ, 1980, p. 176).

A Paraíba logo recebeu a notícia da Proclamação, ainda no dia 15. O povo paraibano, sem acreditar no novo regime, não viu com bons olhos essa mudança. Foi, justamente, por conta dessa incredulidade com relação à República que muitos se tornaram indiferentes à ela. Assim, muitos ainda acreditavam na volta da monarquia. “Enquanto Dom Pedro II estivesse no Brasil, todos achavam que a monarquia continuava de pé” (ALMEIDA, 1978, p. 208).

As pessoas só vão acreditar no fim da monarquia quando a família real deixa as terras brasileiras e segue para o exílio. E, assim, estas vão se prontificarem ao novo regime, sem nenhuma manifestação de resistência. Porém, muitos conservadores não acreditaram na República, alegando que a mesma não fosse capaz de trazer nenhum desenvolvimento para o país. O que de fato ocorreu, já que as práticas imperiais permaneceram na República.

É como diz o último delegado de Polícia provincial, Sá e Benevides: “A República será a desgraça desse país” (citado por MELLO, 1982, p. 9). Já que muitos não aceitavam esse novo regime político, desejando a permanência do antigo.

Não diferente do que aconteceu a nível nacional, a Paraíba não encontrará nenhuma mudança significativa com a implantação desse novo regime. O poder ainda continuou concentrado nas mãos de uma minoria, que explorava a massa trabalhadora de uma sociedade predominantemente rural.

Na Paraíba, como também em outros Estados e até mesmo no governo da nação, o poder político-administrativo estava concentrado nas mãos de uma oligarquia. Onde, diferentemente daquilo que a República pregava, o povo não tinha o livre-arbítrio de escolher seus representantes.

É dentro deste contexto político-social das oligarquias que a figura do coronel, que detinha o poder político local do interior, vai ganhar popularidade. Lembrando que a prática do coronelismo tem origens remotas, e tem suas bases no mandonismo local. Os coronéis estavam incumbido de manipular os votos de seus subordinados, que lhe deviam favor, para atender à exigências daquela oligarquia que estava atuando no poder estadual, garantindo a permanência da mesma. O governo estadual, por sua vez, desempenhava o mesmo papel dos

chefes locais, porém serviam às exigências do governo federal. Com essa prática, as oligarquias garantiam suas predominâncias no governo. E, os coronéis, recebiam como pagamento o apoio político e a garantia de serem sustentados pelo Estado, o que se chama de patronagem, onde tanto um lado como outro, protegia seus interesses. Foi a chamada “Política dos Governadores”.

As práticas republicanas na Paraíba não serão diferentes das existentes no contexto nacional. O sistema oligárquico vai ser predominante na política paraibana da Primeira República e, a figura do coronel também será importante para a base da política do Estado.

Com essa política, onde o poder estava concentrado nas mãos de uma oligarquia, existente durante a República Velha, o governo da Paraíba contará com a presença de três oligarquias, significativas para sua história: o Venancismo, o Alvarismo e o Epitacismo. Sendo esta última, característica que faz parte da conjuntura de meu estudo.

A oligarquia Venancista teve seu início após a nomeação de Venâncio Neiva para governador do Estado, pelo então presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca. Um dos grandes feitos de Venâncio foi a promulgação da Nova Constituição da Paraíba, em março de 1891. Venâncio foi o único governador desta oligarquia, sendo deposto em 27 de dezembro de 1891, em consequência da queda de Deodoro da Fonseca.

A próxima oligarquia a predominar na Paraíba ficou conhecida com Alvarismo, nome dado por seu precursor, Álvaro machado. Mesmo sem experiência política e afastado do Estado da Paraíba, Álvaro Machado se mostrou um governante “dos mais operosos que a Paraíba teve” (ALMEIDA, 1978, p.213). Essa oligarquia vai durar por muito tempo, 20 anos, no poder estadual, chegando a se destacar como um dos domínios oligárquicos mais longos do Brasil. Sob a liderança de Álvaro Machado o poder estadual é exercido por cinco administrações: a primeira é presidida por ele mesmo, segue-se a partir desta as de Alfredo da Gama e Mello, José Peregrino, outra do próprio Álvaro Machado, em seguida, Monsenhor Walfredo Leal, fiel aliado de Álvaro e, por último, João Machado.

Com a morte de Álvaro Machado, a oligarquia epitacista entra no cenário político da Paraíba. Fato que contribuiu para a ascensão de Epitácio como chefe

político do Estado foi sua influência com então presidente do Brasil Hermes da Fonseca. Mas, Eptácio já era destaque no campo político.

A oligarquia epítacista tem início com a posse do governador Castro Pinto em 1912. Já em 1913, Eptácio se torna o chefe partidário da Paraíba, controlando tanto o Congresso quanto a Assembléia. Essa sua ação fez com que pessoas que faziam parte de sua oposição fossem perdendo o prestígio na política paraibana e, conseqüentemente, adquirisse bases para a consolidação de sua oligarquia. Portanto, foi a partir dessa ação de controle das indicações políticas que Eptácio fez prevalecer seu poder político na Paraíba. (cf. LEWIN, 1993, p. 272).

Vale destacar que durante esta oligarquia Eptácio procurou manter à distância os coronéis locais. Como destacou o escritor Oswaldo Trigueiro (1982, p. 77): “Sob o domínio do epítacismo, a política da Paraíba foi muito mais uma política de doutores do que de coronéis”. Muitos dos coronéis que assumiam o poder nos municípios conheceram pessoalmente a Eptácio. Os problemas que surgiam eram resolvidos apenas pelo governador do Estado.

O coronelismo epítacista não é tão forte quanto nas oligarquias anteriores. O coronelismo nesta época terá seu ápice apenas no governo de João Suassuna. Isso pelo fato deste ser um sertanejo e desde sempre manter um bom relacionamento com vários coronéis do sertão.

O poderio desta oligarquia prevalece até o final da Primeira República. Durante esse tempo administraram o governo da Paraíba os seguintes nomes: Camilo de Holanda, Sólon de Lucena, João Suassuna e João Pessoa. Este último merece destaque em meu estudo, pois é dentro de seu governo que está meu objeto de trabalho: A Revolta de Princesa (1930).

Em 1928, afastado do país, Eptácio vai indicar como governador do Estado seu sobrinho João Pessoa que, hora residia no Rio de Janeiro onde atuava como ministro do Supremo Tribunal Militar. Essa indicação era uma manobra de Eptácio para retomar o poder sobre a política paraibana, com também “para impedir a indicação de Júlio Lira, feita pelo então governador João Suassuna” (SANTOS NETO, 2007, p. 26).

Eptácio temia a perda total do controle político do Estado. E, com a indicação de seu sobrinho a governante, esse impasse estaria resolvido, pois este era uma pessoa de sua leal confiança.

“Desde 1923, Eptácio passara pelo menos seis meses por ano na Europa, em grande parte pelas atividades ligadas a seu posto no Tribunal Internacional Permanente de Justiça. Sua direção pessoal sobre a oligarquia da Paraíba perdeu, por conseguinte, um pouco do contato regular que ele mantivera anteriormente com as bases estaduais, através de emissários de confiança entre a Paraíba e o Rio de Janeiro. Eptácio deve ter concluído que, com João Pessoa no governo do Estado, poderia reter um controle méis seguro sobre o escalão de liderança da oligarquia, controle que, ao mesmo tempo, seria administrado diretamente em favor de seu grupo de base familiar” (LEWIN, 1993, p. 327).

A candidatura de João Pessoa à presidência do estado já era um desejo antigo de Eptácio, pois em 1926, foi levada em consideração a reformulação da Constituição do Estado. Uma das propostas que surgiu na ocasião foi a de “(...) como requisito à eleição do presidente, dez anos de permanência no Estado” (MELLO, 1978, p. 82). Proposta esta, que logo foi repelida por Eptácio, talvez por este requisito impedir a candidatura de seu sobrinho, já que o mesmo tinha moradia fora do Estado.

Como veremos a seguir, se realmente o propósito de Eptácio era fortalecer seu poder na Paraíba, investindo seu sobrinho à presidência da mesma, o “tiro saía pela culatra”, pois foi durante essa governança do eptacismo que ele menos mandou. Ainda, sendo esta, àquela que colocaria fim à tal oligarquia.

### **CAPÍTULO III – O POLÍTICO JOÃO PESSOA**

---

*“Unamo-nos todos; tenhamos um só desejo – o bem da Paraíba. Colaborai comigo, meus conterrâneos. Se acertar, encorajai-me, e, se errar, criticai-me, mas não insulteis, para que a crítica não perca o valor corretivo. Criticai-me e*

*ajudai-me para eu não errar de novo. É assim que vos desejo, é assim que vos quero, povo da minha terra”.*

*João Pessoa*

João Pessoa assume o poder do governo paraibano em 22 de outubro de 1928 com o objetivo de acabar com os vícios políticos existentes no Estado. Esses vícios estavam diretamente ligados aos abusos cometidos pelos coronéis e, segundo ele próprio, “tudo estava podre, fazendo-se necessária uma vassourada em regra para purificar a vida pública, rebaixada por figuras de significação e aproveitadores gulosos” (citado por RODRIGUES, 1993, p. 8). Percebe-se assim que João Pessoa assumiu o poder do Estado com uma visão progressista e com objetivo de levar a Paraíba a uma categoria modernizadora, se livrando de algumas práticas, ligadas ao “coronelismo”, que a deixava num patamar atrasado.

Seu governo tinha como pressuposto acabar com aquilo que lhe percesse errado. No campo político, João Pessoa ignorava a velha prática do compadrio e, um forte combate ao cangaço. Todas essas práticas atingiam diretamente a figura do coronel que se sentiu prejudicado com essas reformas impostas pelo novo governador.

Outras medidas desse governo foram motivos de descontentamentos. É o caso da chamada Guerra Tributária. De início, a Lei Tributária 673 de 17 de novembro de 1928 fora criada com o intuito de combater a crise econômica no Estado e para regular a importação e exportação de mercadorias. Muitos se sentiram prejudicados com esse novo imposto. Será a partir da promulgação desta lei que, a briga entre os sobrinhos de Epitácio vai se acentuar.

### **3.1 Uma breve biografia de João Pessoa**

Na “Casa Grande”, velha casa solarenga, símbolo de uma, hoje, apagada aristocracia agrícola, - casa como tantas outras, simples e grande a um só tempo – na fazenda que pertencera a seu avô materno, o coronel José da Silva Pessoa, nascia a 24 de janeiro de 1878 o homem que simbolizaria, anos mais tarde, a marcha ascensional da revolução. (ALBUQUERQUE, 1979, p. 79)

Sendo o Brasil ainda regido por um sistema monárquico, nascia àquele que viria a ser considerado, para muitos, como o mártir da Revolução de 30; nascia então, o futuro presidente da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, numa vila da antiga província da Paraíba, vila esta que hoje é a cidade de Umbuzeiro. Filho do funcionário público Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, João Pessoa era sobrinho de Epiácio Pessoa, homem este que alcançou o cargo de presidente do Brasil e, também era sobrinho-neto do Barão de Lucena, figura influente na vida política do país, que ocupou os cargos de presidente da província de Pernambuco durante o Império e ministro da Fazenda, no governo de Deodoro da Fonseca.

Mesmo contando com a presença destas pessoas ilustres em sua árvore genealógica, nosso biografado teve uma vida simples, enfrentando algumas dificuldades financeiras, fato que nunca escondeu. Viveu seus primeiros anos de vida na vila onde nasceu, tendo uma infância como qualquer outro menino do interior. Lá também iniciou sua vida escolar, aprendendo a ler e a escrever com seu primeiro mestre, o professor Salustiano Cavalcanti, e onde permaneceu até seus dez anos de idade.

No ano de 1889, tempos de transformações para a história do Brasil, que encarava a Abolição da Escravatura e se depararia com um novo regime político, a República. Nesse mesmo ano, João Pessoa deixava sua terra natal e partia para a cidade de Guarabira, na companhia de sua tia paterna Feliciano Cavalcanti e de seu marido, o tenente Francisco Paes Barreto, onde lá deu continuidade a seus estudos.

Ainda moço, junto à seu parente mais famoso, seu tio Epiácio Pessoa, foi ao Rio de Janeiro. Chegaram à antiga capital do Brasil às vésperas da Proclamação da República, aos 12 de novembro de 1889. É de importância destacar a conjuntura histórica do Brasil nesta época, pois o país presenciava algumas mudanças que marcariam o fim da Monarquia, como a promulgação da Lei Áurea, libertando os escravos do país, fato na época já consumado, pelo menos no papel, pois a população brasileira ainda não tinha se adequado a tal mudança.

Após sua viagem ao Rio, João Pessoa retorna à Paraíba, onde, na capital da mesma, dá andamento a seus estudos, fazendo o curso de Humanidades no Liceu. Onde “após seu término, João Pessoa alistou-se em 19 de dezembro de

1894 no 27º Batalhão de Infantaria aquartelado em nossa capital”. (AGUIAR, 2005, p. 28)

Em 1895, retorna ao Rio de Janeiro, onde ingressa na Escola Militar da Praia Vermelha, o que o fez, não por vocação, mas por necessidade. Ali estando, não demorou muito, pois devido aos acontecimentos pós-proclamação da república, como agitações e levantes populacionais, foi expulso, juntamente com seus colegas, por causa de uma rebelião dos cadetes, em 1897. Depois desse episódio, uma dura fase da vida de João Pessoa se inicia. Foi quando o mesmo foi incluído no 4º Batalhão de Artilharia de Posição em Belém-PA. Seu sofrimento se fez presente desde o momento de sua ida à capital paraense, como também durante toda sua estadia naquele lugar.

Segundo Vidal (1978, p.14):

Aquele ser humano eu iria ter um notável destino, percorreu as costas do Brasil a bordo do Carlos Gomes, que levou 45 dias do Rio de Janeiro à Amazônia. A travessia se fizera na estação de grandes chuvas. Quase todas as noites levantava-se atormentado por inclementes tempestades. Não tinha sequer um lugar acanhado para repousar. Não lhe permitiram conduzir bagagens. Era obrigado a fazer de das botinas, enquanto existiram, o seu travesseiro, e do tombadilho o seu leito. Na capital do Pará as dificuldades da vida se lhe tornaram maiores. Dormia nos jardins e, quando a fome se manifestava cruenta, tinha hospitalidade no coração de uma generosa preta que lhe dava um pouco do que fazia para vender no tabuleiro.

Um fato que merece destaque é sua intensa amizade com seu primo, João Pessoa de Queiroz, durante sua passagem pelo estado do Pará. Este citado primo seu, se tornará um de seus principais rivais, anos mais tarde, na então chamada Guerra de Princesa, episódio que analisaremos mais adiante. Dessa amizade pode-se dizer que um estava para o outro em terras tão distantes das suas, como é perceptível da frase de Vidal (1978, p.14): “Amigo inseparável de João Pessoa de Queiroz, com ele dividia tudo do pouco que tinha, até as migalhas”.

Esse seu sofrimento descrito anteriormente, tem seu fim quando João Pessoa se depara com seu estado de saúde abalado, logo após em mês em terras paraenses. No momento, ele prestava serviços para um comerciante em seu comércio, comerciante este que foi de grande valia para sua volta à sua terra natal. Sua família, ao saber de sua doença, preocupou-se em achar um meio de trazê-lo de volta, porém não possuía condições financeira suficiente para tal ato,

resolvendo então, pedir ajuda ao comerciante paraense. Assim, ele retornou à Paraíba, chegando no Porto de Cabedelo no ano de 1899, onde “a família retirou-o da embarcação em deplorável estado” (AGUIAR, 2005, p. 29), devido sua doença.

Passaram-se seis meses para que ele recuperasse sua saúde total e, durante esse tempo, se manteve na casa de sua mãe, que ainda vivia numa situação de miséria. Não deixava esconder que seu desejo era voltar ao norte, pois tinha a esperança de melhora de vida e, no papel de filho mais velho, ajudar sua mãe e seus irmãos. Assim, seus pensamentos mudaram quando, ainda no ano de 1899, conseguiu emprego na faculdade de Direito do Recife, local que, mais tarde ingressaria como aluno da instituição. Pode-se dizer que a partir deste fato, sua vida começou a mudar, e mudar pra melhor.

Fazendo o Curso de Direito, passou a residir na capital pernambucana, onde morou na companhia de seu tio Antonio da Silva Pessoa, que anos mais tarde ocuparia o cargo de presidente da Paraíba, mas na época, era conferente da Alfândega local. “Terminando o seu curso jurídico ao fim de contatos com a profissão almejada, pela qual tanto lutara, à qual tanto custara a chegar, e que, finalmente, lhe estava entre as mãos”. (MELLO, 1978, p.). Após o término deste curso, assumiu o emprego de professor da Escola Normal Pinto Júnior, emprego que lhe permitiu, finalmente, ajudar sua mãe. E, ainda exercia a função de advogado, como também não deixara de trabalhar na Faculdade de Direito.

A partir deste grande passo em sua vida, João Pessoa inicia outra etapa da mesma: o matrimônio. Aos 23 de fevereiro de 1905, casa-se com Maria Luiza de Souza Leão Gonçalves, filha do então governador de Pernambuco, o Desembargador Sigismundo Gonçalves, com quem teve quatro filhos: Marisa, Epitácio, Isa e Jório. Ainda no Recife foram oferecidos vários cargos de cunho político, sendo todos rejeitados, o que causou diversas críticas a seu respeito, feitas por seu próprio sogro que, vale salientar, era inimigo político de Epitácio Pessoa.

Em 1909, transferiu-se para o Rio de Janeiro, trabalhando como advogado no Ministério da Fazenda e na Marinha. Em julho de 1919, três meses após a posse de Epitácio Pessoa na presidência, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM). Na década de 20, atuou como juiz nos processos movidos contra os envolvidos nos levantes tenentistas então deflagrados, destacando-se sempre pelo rigor contra os acusados.

Adiante, mostraremos o político que foi João Pessoa, enfatizando suas ações, principalmente àquelas que levaram à chamada Revolução de 30.

### **3.2 Um político reformador na Paraíba**

No fim dos anos 20 do século passado, precisamente no ano eleitoral de 1928, a Paraíba tinha como representante governamental João Suassuna, sendo este mais um da Oligarquia Epitacista.

Nas eleições de 1928, Epitácio Pessoa, chefe político do estado, rejeitou a indicação do então presidente João Suassuna, a qual se fazia na pessoa de Júlio do Nascimento Lira, na época, chefe de polícia. Para justificar tal ação, Epitácio alegou, entre outras coisas, que Júlio Lira era desconhecido politicamente no âmbito nacional e, enfim, deixou claro que o homem que deveria assumir a presidência do estado seria um homem que não fosse vulnerável à região Sul, nem à imprensa que viesse fazer oposição à ele. Dessa forma, Epitácio deixava claro que esta pessoa, apta a assumir a Paraíba, não era um paraibano nato, que conhecia todos os problemas do estado, e sim, um representante vindo de outro estado e que não se encontrasse por dentro da política paraibana, dentro de sua própria política. É interessante destacar nesse ato, que o então senador da República, Epitácio, entra em contradição, pois,

...Ele sempre se distinguiu como defensor da autonomia do Estado: mostrava-se sempre cioso de resguardar o prestígio do partido e preocupado em premiar os bons correligionários. Essa orientação tradicional certamente não se harmonizava com o esdrúxulo critério de entregar-se o governo a gente de fora e estranha à política estadual". (MELLO, p. 81, 1982)

Deixando claro vários pré-requisitos para qualificar aquele que viria a ser o novo presidente da Paraíba, Epitácio assume seu desejo: seu sobrinho predileto, João Pessoa, era a pessoa ideal para assumir a presidência do Estado. Como afirma Oswaldo Trigueiro (1982, p. 81):

..Além destes curiosos requisitos, não exigidos para as escolhas anteriores, Eitácio arrolou outros: amor à terra, serviços de valia, conhecimento dos negócios, intuição dos interesses do Estado e lealdade partidária. E concluiu dizendo que o sobrinho João Pessoa possuía todos esses predicados. Nesse elenco de requisitos só não figurou o do parentesco e amizade que ligavam tio e sobrinho.

Vale ressaltar que neste momento, Eitácio exercia o cargo de Juiz da Corte de Haia e, mesmo afastado da Paraíba, ele ainda concentrava em suas mãos, todos os poderes políticos do estado.

A reação de Suassuna diante da negação de sua proposta a foi a já esperada, levando em consideração o elevado apreço que os políticos paraibanos tinham por Eitácio: Suassuna acatou sua decisão e ainda deixou que o mesmo indicasse os dois nomes para a vice-presidência. De consolo, àquele que deixaria a presidência da Paraíba, restou a oportunidade de ocupar uma vaga na bancada federal, já que um dos escolhidos para vice-presidente foi Álvaro de Carvalho, que, ganhando, deixaria a vaga livre.

É inegável que a escolha de Eitácio só teve o caráter familiar, pois como já foi frisado antes, a ligação de João Pessoa com a Paraíba foi durante sua infância, pois, praticamente, toda sua vida se deu nos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, onde estudou e iniciou sua carreira na área jurídica. Outro fato que indica esse motivo é a falta de experiência de João Pessoa no campo político, já que ele, até então, nunca tinha ocupado um cargo, por menor que fosse na política; sua única ligação com esta era seu tio que, aliás, pode ser visto como seu anjo da guarda, pelo fato do mesmo ter propiciado muitos benefícios ao futuro presidente da Paraíba. Fato que reforça seu não interesse pela política é a recusa de se candidatar deputado federal desta terra, no ano de 1908. O que realmente levou João Pessoa a aceitar a presidência da Paraíba, foi a gratidão que ele tinha a seu tio, pois “era, porém, muito ligado a Eitácio, a quem serviu sempre com dedicação, o que naturalmente o levava a interessar-se pela política do Estado, sem contudo dela participar diretamente” (MELLO, 1982 p. 82).

Finalmente, João Pessoa é lançado, nas eleições de 1928, tendo o consenso unânime de seus conterrâneos, à presidência do Estado,

A política que, desde 1909, lhe rondava, inutilmente, aliás, as portas, conseguia, afinal, vencendo-lhe todas as resistências, atraí-lo à arena das suas competições. E o homem que recusara, uma vez, a representação da sua terra na Câmara Federal e, por três vezes, a honra de governa-la, consente em atender a um antigo desejo dos seus conterrâneos e a uma imposição do seu tio, Eitácio Pessoa, aceitando

a indicação do seu nome para a presidência do Estado.  
(ALBUQUERQUE, 1979, p. 106)

Em seu discurso de posse, João Pessoa se revela um político reformador, “partindo de dois pressupostos: primeiro, o de que a política do Estado era viciada e corrupta e a administração ineficiente; segundo, o de que estava na Paraíba fazendo um favor, nada devendo ao partido que o elegeu, o que lhe permitiu uma completa liberdade de ação”. (MELLO, 1982, p. 85). Ele deixou claro que a Paraíba necessitava ser consertada e que, para isso, ele não pouparia ninguém, o que lhe interessava era agir conforme suas idéias, doesse à quem doesse. Um momento de seu discurso de posse, deu o que falar, foi um onde ele se dirigia à, indiretamente, à oposição:

“Venho governar sem prevenções e sem preferências. Conheço as minhas deficiências e, por isso mesmo, não posso prescindir daqueles que desejam, sinceramente, trabalhar pelo bem comum. Onde estiver o interesse da nossa Paraíba, aí estarei com a minha autoridade, com a minha assistência, parta de onde partir a idéia, esteja onde estiver o orientador desse interesse: entre os que não têm cor política, entre os homens de governo ou de oposição, seja quem for”. (Citado por VIDAL, 1978, p. 27)

Nesta época, a situação financeira do Estado se encontrava numa verdadeira bagunça: salários atrasados, dívidas à pagar; e à João Pessoa coube a tarefa de reorganiza-la. O que ele prometera em seu discurso de posse, logo foi sendo realizado e seu trabalho surtindo efeito, pois “Antes de encerrar-se o exercício, o pagamento estava em dia e, nos oito primeiros meses do governo, a dívida pública estava reduzida à metade” (MELLO, 1979, p. 85). Tanto é que, assim que assumiu o poder passou um tempo na então capital brasileira, Rio de Janeiro, em busca de recursos para que pudesse “resolver os problemas que assoberbavam a sua terra – fraca e falha de recursos materiais” (VIDAL, 1978, p. 20). Ainda andou por outros estados do país, procurando o que eles tinham de bom, em termos de cultura, ciência, etc, para trazer a seu Estado, como de fato fez. Além desses problemas financeiros, havia outro, o Banditismo que, como diz Vidal (1978), assombrava o sertão, fazendo deste um local inseguro para o meio rural.

Do seu governo é possível destacar obras relevantes para o Estado e para época:

... reformou e decorou o Palácio do Governo, ... Reconstruiu o velho edifício do Tesouro... Retificou a Rua Duque de Caxias... Retirou gradil

que fechava a Praça do Palácio... Ampliou o edifício da Imprensa Oficial. Construiu, na Praça Venâncio Neiva, o Pavilhão do Chá, no mais extravagante estilo chinês. Iniciou as obras do Paraíba Hotel e do Hospital de Isolamento. Instalou o campo de aviação em Tambauzinho. Calçou várias ruas. (MELLO, 1978, p. 86)

Todas essas obras foram realizadas num curto período de tempo, apenas no seu primeiro ano de mandato. O ano seguinte, João Pessoa dedicou-se inteiramente a campanha para as eleições de 1930, onde estava presente na chapa da Aliança Liberal.

Com suas reformas no campo da política paraibana, João Pessoa acabou sendo alvo de elogios que elevaram sua pessoa à uma popularidade nacionalmente conhecida. Um desses elogios que me chamou atenção se encontra no livro de Ademar Vidal (1978, p. 41), onde um matuto diz: “Depois que esse homem chegou no Governo até o sol está nascendo diferente”. Esses elogios não paravam de ocorrer, mesmo havendo àqueles que se encontravam descontentes com seu governo.

No interior, algumas ações de João Pessoa, só causou desagrado à população:

É o que ocorria, para exemplificar, com o pedágio instituído, sob o nome e contribuição de trânsito. Precisando de recursos para restaurar e conservar as estradas, João Pessoa, instituiu esse tributo, que era cobrado com rigor militar. Para isso, mandou colocar porteiros em todas as estradas, mesmo as federais, e passou a cobrar as taxas previstas para veículos de toda natureza. Dessa taxa não escapavam nem carro de boi nem cavalo. Para ir à feira, dentro do Município, os matutos tinham que cumprir essa rigorosa obrigação fiscal: cada cavalo, de carga ou de montaria, pagava trezentos réis. Assim, já não se podia andar de graça nos caminhos que vinham sendo livremente utilizados desde os primeiros tempos da Capitania. (MELLO, 1978, p. 87)

Já na capital, cuidou em fazer melhoramentos por toda parte.

O que ocorria na Paraíba, durante os primeiros anos da República, não era diferente dos outros estados. Como já foi frisado no capítulo anterior, a política desta época era baseada numa troca de favores que envolvia desde os coronéis (chefes políticos locais) até mesmo o representante da União. Dentro dessa relação política, havia muitos privilégios, os quais eram considerados por João Pessoa, atos que deveriam ser abominados da Paraíba, por seus abusos.

Ao deixar claro sua ideologia de governo, João Pessoa acabou desagradando à vários políticos correligionários seus e fiéis a seu tio, chefe político do Estado. Esse desagrado não ocorreu pelo fato destes políticos se

oporem ao que estava sendo estabelecido pelo presidente, pelo contrário, tidos como fiéis à política epitacista, não iriam deixar de apoiar àquele que foi colocado no poder por seu líder político. O que os desagradaram foi o modo pelo qual este escolheu para colocar em prática essas mudanças, agindo com dureza com àqueles que ajudaram à ele chegar na presidência do Estado.

O resultado disto foram as queixas feitas à pessoa do presidente, vindas de seus correligionários, fiéis seguidores de Epitácio. E diante de tais ações, estes políticos se sentiam traídos; pois o que eles esperavam era que João Pessoa agisse segundo seu tio, que sempre fora fiel à quem lhe apoiava, sempre se preocupou em “prestigiar os chamados amigos de 1915” (MELLO, 1978, p. 91). Na época, por exemplo, àqueles que ocupavam o cargo de chefe político de determinado município só ocupava pelo fato de ter dedicado apoio à Epitácio; era o sistema, já citado, da troca de favores.

Nunca se viu nos governos anteriores ao de João Pessoa, que eram epitacistas, um adversário político assumir algum cargo político, como o de chefe de algum Município. E, agora, era o que estava ocorrendo no Estado: houve a substituição de vários prefeitos aliados de Epitácio por seus adversários, os antigos valfredistas; foi o que aconteceu na cidade de Areia, Cunha Lima Filho.

Toda essa situação acabou desencadeando um intenso descontentamento daqueles que sempre sustentaram as campanha políticas epitacistas e que eram a base do governo. Estes faziam reclamações ao próprio Epitácio, que no mês de março de 1929, ainda no início do governo do novo presidente, se viu obrigado a enviar uma carta a seu sobrinho, onde, agindo como chefe político do Estado, estabelecia alguns pontos que deveriam ser seguidos pelo então governante:

1) não prestigiar os amigos de 1915 que não se tenham mostrado dignos de confiança; 2) nesses casos, as chefias deviam ser entregues aos amigos dissidentes; 3) por amigos deviam ser entendidos também os adversários que houvessem aderido e prestado serviços. (MELLO, 1978, p. 91)

Epitácio sempre fora leal com aqueles que o ajudara, seus correligionários. E, diante de reclamações advindas do chamados “amigos de 1915”, resolveu chamar a atenção de seu sobrinho, mesmo tendo dado a este carta branca na governança do Estado.

### **3.2.1 João Pessoa e suas ações reformistas**

No momento da posse do então presidente da Paraíba, eleito no pleito eleitoral de 1928, João Pessoa, o mesmo deixou claro quais seriam suas intenções ao governar o Estado da Paraíba. Nesse discurso, como já foi citado anteriormente, ele apresenta algumas modificações que vão afetar o sistema político do estado em estudo, onde, segundo João Lélis (1930, p. 29) já “(...) estava tendo o começo da grande revolução brasileira, sobretudo o seu período inicial de agitação e revolvimento (...)”. Tais ações do então presidente são mais marcantes em dois aspectos, que são: “a sistemática política de desprestígio aos coronéis e um programa para soerguimento das finanças do Estado”. (RODRIGUES, 1978, P. 29). Achava João Pessoa que os costumes políticos vigentes, não só na Paraíba, mas em todo Brasil, deveriam ser abolidos do Estado, pois os mesmos tinham um caráter desmoralizador.

O período tido como Primeira República, no Brasil, foi caracterizado, entre outros aspectos, pelo coronelismo, que já foi tratado no primeiro capítulo desse estudo. Dentro dessa temática encontramos os chamados coronéis, chefes políticos locais que, detinham em suas mãos grandes poderes sobre determinada região e eram a base do então sistema político da época, a Política dos Governadores. Na Paraíba esse chefes sempre tiveram prestígio junto ao líder político do Estado na época, Epitácio Pessoa e que, elevaram João Pessoa à cadeira da presidência paraibana.

Ao assumir o poder, João Pessoa, em uma de suas ações reformistas no setor político-administrativo, atinge esses seus correligionários, pois o presidente estava convicto de que pra que seu plano surtisse efeito deveria inicia-lo da base, de baixo para cima, derrubando primeiramente as raízes do mandonismo local, tido como um dos fatores da corrupção política da época. E deixou claro que não queria manter o costumeiro laço político de outrora com esses líderes municipais, como também, ordenou que todos deveriam cumprir essa sua imposição e quem fugisse à regra, seria punido, como por exemplo, com exonerações.

Assim, acabou ele elaborando um plano político onde houvesse todos os preceitos de como seria, de agora em diante, o que dizia respeito à administração municipal do Estado. Pois, sobre o sistema político da Paraíba, João Pessoa

“achava tudo ‘podre’ e concluiu que só uma ‘vassourada’, em regra poderia purificar a vida pública, rebaixada por figuras sem significação e aproveitadores gulosos”. (ALMEIDA, 1978, P. 21). E ainda deixou claro que faria o possível pra livrar seu Estado desses vícios políticos, que o impedia de se tornar próspero. Assim, os coronéis, que mandavam e desmandavam em suas regiões, tiveram seus poderes diminuídos e se viram substituídos, politicamente, por pessoas consideradas capazes de dar à Paraíba um aspecto de progresso.

Uma de suas primeiras medidas nesse âmbito foi ordenar que houvesse um certo tipo de reorganização nos serviços de contabilidade dentro das prefeituras. Isso, para que amenizasse acontecimentos considerados corruptos, como a má utilização da verba pública.

Seguindo ainda seu plano de reformas, empreendeu uma busca ferrenha ao banditismo. Nesse caso se destaca o cangaço. Sobre este, João Pessoa, ainda no seu discurso e posse, “anunciou que não daria tréguas ao cangacerismo, uma chaga que há muito atormentava o povo do interior, principalmente a gente sertaneja”. (AGUIAR, 2005, P. 62), e ainda mais, segundo relato de Humberto Campos (Apud AGUIAR, 2005, p. 44):

Alguns visitantes narravam de olhos espantados: “- O discurso do homem, assumindo o governo, foi uma verdadeira bomba no arraial. Imaginem que um dos pontos em que ele mais insistiu foi a guerra ao cangaço. E declarou que havia de acabar com esse flagelo, custasse o que custasse e que não só era o cangaceiro que vivia matando e roubando como quem acoitava os que matavam e roubavam. E dizendo isso, passeava os olhos pelo pessoal graúdo, pelos maiores do partido, fitando os que ele sabia que são protetores de cangaceiros, encarando-os num verdadeiro desafio”.

E os informantes adiantavam:

- o efeito foi enorme. E costume dos deputados estaduais depois da posse do presidente, irem se despedir dele antes de partir para as comarcas. Pois desta vez quase ninguém foi ao palácio. O pessoal do sertão, mal acabou a posse, montou a cavalo e rumou para suas fazendas e municípios, sem despedida e sem nada.

E numa frase ilustrativa:

- Voltou tudo para casa de orelha murcha e rabo entre as pernas. Essa informações ouvimo-las eu, comandante do Pedro I e, creio, o senador Silvério Néri, meu companheiro de viagem. E acredito que não houve um só, que não dissesse consigo mesmo: - Isso não acabará bem!

Nesse sentido, ainda disse o Presidente:

“Não trago a convicção de extinguir o cangaceiro nos nossos sertões; mas venho com o propósito de não lhe dar tréguas, esteja onde estiver e seja quem for seu projetor ou seu homiziador.

Quem se sentir humilhado com a acção da polícia, que não a acolha em suas casas e propriedades.”(A União, Parahyba, 6 jul 1929, p. 2 *Apud* RODRIGUES, 1978, p. 32).

Identificamos ai, que o presidente viera assumir o Estado com essas idéias formuladas, tanto é que o mesmo, ao ser indicado por seu tio a cargo de Presidente, pedi-lhe carta branca pra governar ao seu modo. E nessa sua ação se manifesta mais uma forma de diminuir os prestígios do então coronel, que mantinha uma relação amigável com os chamados cangaceiros, onde estes últimos, lhes prestava alguns serviços, como por exemplo, o de lhes garantirem a segurança em sua propriedade.

Seguindo suas imposições, tratou de leva-las aos governantes municipais, apresentando a estes um plano que detinha ações que visavam o fim do cangacerismo. O mesmo

... obedecia a cinco itens básicos: reativar, fazer valer, um convênio de combate ao cangacerismo existente entre os Estados nordestinos; moralizar a Força Pública; proceder o desarmamento geral; eliminar dos júris a ação perniciosa dos “coronéis”; e proibir taxativamente a venda de armas. (RODRIGUES, 1978, p. 32)

E assim, cuidou em estabelecer, para combater o cangaço, o desarmamento no Estado, diminuindo dessa forma, os casos de criminalidade, estes comuns no interior provindo, entre outras razões, de rixas familiares. Esse fato trazia consigo um lado positivo e um negativo, pois ao desarmar a população, esta ficava numa situação caracterizada pela insegurança, já que não se encontrava munida para combater, por exemplo, grupos de bandoleiros, muitas vezes, vindo de outros Estados. O Executivo também almejava com esse ato, acabar com as milícias formadas pelos coronéis e instituir um policiamento que ficasse a cargo dos militares.

A questão de eliminar os júris do poderio do coronel, se deu pelo fato de que, este último, tinha grande influência na decisão do chamado Conselho de Sentença, isso quando, o próprio coronel não decidia o resultado do júri.

Duas obras foram realizadas na Paraíba com o intuito de amenizar o banditismo. A primeira foi a implantação de um sistema de rádio-telegráfico, que funcionava como um elo de ligação entre a Capital e as cidades interioranas visando a rapidez do serviço; as mesmas se encontravam na Capital, outra em Patos (intermediadora do sertão) e as outras com as forças que prestavam serviços de segurança nas fronteiras entre Princesa, Conceição e Cajazeiras.

A segunda obra foi a construção de estradas, onde com estas, o caminho percorrido pelos cangaceiros se tornava difícil, já que os mesmos tinham costumes de se deslocarem por entre o “mato”, em busca de esconderijo. Isso nunca foi uma preocupação do ex-presidente, João Suassuna, pois o mesmo se enquadrava no grupo de coronéis e, como os demais, tinha o hábito de dar cobertura aos cangaceiros. Assim, “Estradas significavam progresso. E o coronelismo, tão bem representado na figura de João Suassuna, não as via com bons olhos” (AGUIAR, 2005, P. 91).

Porém, tal obra não foi incentivada apenas por esse motivo, pois, como veremos adiante, o sistema de estradas ligando as cidades da Paraíba, se encontrava em péssimas condições.

### **3.2.2 A “Guerra Tributária”**

João Pessoa assume o poder e encontra a Paraíba num estado crítico no que diz respeito às finanças: salários atrasados, dívidas à pagar etc.; restando à ele procurar um meio onde fizesse com que a situação financeira melhorasse, ou seja, coube ao mesmo solevar a economia paraibana.

Com esse problema em suas mãos, o Presidente deu início a uma série de medidas que visavam “a contenção das despesas do Estado e um novo sistema de arrecadação tributária” (RODRIGUES, 1978, P. 39).

Suas ações que objetivavam eliminar custos foram:

... recolheu veículos considerados desnecessários ao serviço público; suspendeu franquias telefônicas e telegráficas aos chefes de repartições, excetuando-se o da Polícia e o Presidente do estado; suspendeu as subvenções de passagens marítimas e ferroviárias, suspendeu as gratificações extra-orçamentárias, e as acumulações remuneradas; suprimiu Comarcas e Mesas de Rendas; extinguiu postos de Delegacia da Polícia Civil, a Repartição da Curadoria dos Órfãos e o Batalhão Provisório sediado em patos; demitiu funcionários; controlou o fornecimento de material de serviço mediante revisão pelo Secretário geral do estado; reduziu o orçamento das repartições; proibiu a remessa gratuita de exemplares de A União; estabeleceu taxa sobre os editais publicados nesse jornal pelos juizes de direito (RODRIGUES, 1978, P. 39).

Ao mesmo tempo em que procurava amenizar as despesas do estado, o Presidente também buscava meios de conseguir dinheiro para soerguer as finanças do mesmo. Nesse âmbito, suas ações também causaram descontentamentos, na medida em que, o fez com que rompesse com seus parentes pernambucanos, levando estes a entrarem na chamada “Revolta de Princesa”. Duas medidas nesse sentido foram relevantes.

A primeira veio em forma do decreto lei 1545, datado de 30 de novembro de 1928 que determinava uma espécie de pedágio nas estradas do Estado. Essa lei determinava a cobrança de uma taxa por causa da passagem que se fazia nas estradas do Estado, onde, dependendo do meio de transporte utilizado, calculava-se o valor do imposto. Assim, por todo Estado, encontrava-se os postos de cobrança, encarregados de tal tarefa. João Pessoa, com essa ação, recebeu dois apelidos: “João Porteira” e “João Cancela”. A segunda, e mais repercutida que a primeira, foi decretada pela Lei Tributária 673, de 17 de novembro de 1928, que tratava de assuntos ligados ao sistema de importação e exportação da Paraíba.

A Paraíba há muito tempo dependia, economicamente, de outros estados do Nordeste, em especial de Pernambuco, estado que possuía melhores recursos para tal ação, como por exemplo, um porto, capaz de interligar os produtos paraibanos com o estrangeiro. O que mais facilitava essa ligação comercial entre Pernambuco e algumas cidades paraibanas era a ausência de um bom sistema de comunicação e de boas estradas no Estado que ligasse, principalmente, o sertão à capital; desprovido dessas condições, as cidades sertanejas se viam obrigadas a comercializarem com o Estado de Pernambuco; o que causava um certo prejuízo à Paraíba. Assim, o novo presidente do Estado estava disposto a mudar esse quadro e tornar o Estado menos dependente de seu vizinho. Assim,

A partir desse momento passou a ser dado tratamento diferente às mercadorias que entravam ou saíam do Estado, em termos de tributação.

Visando fomentar o comércio da capital, foi estabelecida uma acentuada diferenciação nos impostos referentes à importação e exportação realizadas pela capital e pela fronteira (divisas com os Estados limítrofes) (RODRIGUES, 1978, P. 46 e 47).

Podemos observar que João Pessoa desejava firmar o comércio na capital paraibana, pois com os impostos exorbitantes sobre os produtos que entrava e saiam do Estado, advindo da Lei Tributária, as empresas de outros estados se viam obrigadas a abrirem uma filial na capital da Paraíba, fazendo assim, com que o comércio prosperasse. Nesse ponto, seu objetivo foi alcançado, pois firmas pernambucanas se mostraram interessadas e chegaram a abrir filiais na capital paraibana.

Ele proibia, dessa forma, o intercâmbio comercial entre as cidades sertanejas e os estados vizinhos.

Uma folha de Campina Grande, *O Século*, apontava a desigualdade das medidas, referindo-se às “elevadas tributações para os gêneros que se destinam ao interior, enquanto os que incorporam na capital paga a quarta parte, recebendo ainda outras concessões, como sejam taxas e relatividade de peso, ao passo que o interior paga qualquer volume como se fosse de 75 quilos”. Por outras palavras, quando a incorporação das mercadorias se fizesse na capital paraibana (incorporação era como que o registro da chegada do produto) o imposto seria um, módico e variando com o peso do volume; e seria outro muito maior, e não admitindo, no peso, fração menor de 75 quilos, quando a incorporação se realizasse nas outras praças que comerciavam diretamente com Pernambuco, Ceará ou Rio Grande do Norte, como Itabaiana, Campina Grande, Cajazarias, Guarabira. O querosene, por exemplo, chegando à Paraíba pelo porto de Cabedelo pagava, sobre o imposto antigo, uma majoração de 3%; mas, se vinha pelo interior, a majoração era de 40% (SOBRINHO, 1975, p. 115).

Essa ação foi vista com bons olhos por aqueles que na Cidade da Paraíba residiam. Viam nessa lei uma esperança de prosperidade e liberdade para o comércio paraibano da capital. Porém, foi impossível agradar à “gregos e troianos”, pois àqueles se sentiram prejudicados não ficaram de braços cruzados, pelo contrário, contestaram. Foi o caso dos Estados que antes mantinham um intercâmbio comercial, principalmente, com o sertão paraibano, como Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Estes último foi o mais que se destacou nessa contestação, chegando a ponto de levar à Paraíba uma guerra civil.

É nesse contexto que se intensifica uma briga familiar entre os Pessoas de Umbuzeiro e os Pessoas de Queiroz, de Pernambuco. Por volta de 1922, Epiácio se depara com uma cisão em sua família, entre seus sobrinhos, família esta que, desde 1915, se via unida, dando apoio político ao Tio Epiácio nas eleições desse mesmo ano.

O episódio que leva a essa cisão, em 1922, foi morte de Bandeira Filho, então marido de Clarice Pessoa, sobrinha de Epiácio do ramo familiar dos Pessoas de Umbuzeiro. O crime fora cometido por Epiácio Sobrinho que, como o

nome já diz, também era sobrinho de Eptácio Pessoa, porém, pertencente a outro ramo familiar, o dos Pessoas de Queiroz, de Pernambuco. E assim, a grande família dos Pessoas, ligada pela figura de Eptácio, nunca mais seria a mesma.

É notório que Eptácio esteve mais ao lado dos Pessoas de Umbuzeiro, isso desde que ocupava o cargo de presidente do país. O mesmo deixava transparecer sua simpatia por João Pessoa, onde “agiu como um pai adotivo em relação ao seu sobrinho favorito” (LEWIN, 1993, p. 320), causando assim, a inveja nos outros sobrinhos, em particular, nos Pessoas de Queiroz. Já presidente do Estado paraibano, João Pessoa,

Escreveu a Eptácio observando que Francisco Pessoa de Queiroz “... nunca se conformou com o Sr. fazer-me presidente [governador do estado] em vez delle... Despeitado com a minha vinda (à governança do estado) e privado de ser presidente [governador] aqui, chefe, e senador por fim, uma vez que não tinha futuro na política de Pernambuco, onde não iria além de deputado, como não se constringe de dizer em suas rodas...” (LEWIN, 1993, p. 321).

Com a nova lei tributária, ocorre uma nova discussão entre esses dois ramos da família Pessoa. O fato é que os Pessoas de Queiroz se destacavam no comércio pernambucano, como também tinham uma intensa participação no comércio da Paraíba com a Companhia de Tecelagem de Seda e de Algodão, distribuindo seus produtos pelo sertão paraibano, através do conhecido Coronel José Pereira, da cidade sertaneja de Princesa.

Dono de um jornal pernambucano, de muito sucesso no país, chamado Jornal do Commercio, os Pessoas de Queiroz passaram a criticar e fazer campanha, neste meio de comunicação, contra essa lei do estado da Paraíba, que tanto os prejudicou amenizando seus lucros. O mesmo jornal, em determinado ponto, passa a denominar de “Guerra Tributária” esse entrave com o governo paraibano.

De início, essas críticas eram feitas a nível, apenas, daquilo que o então presidente da Paraíba vinha fazendo. Este as respondia, também, através de um jornal oficial do estado, A União. Mais tarde, esse entrave se toma forma, como afirma Inês Caminha (1978, p. 55), de “rixas familiares”, onde os dois lados passam a se atacarem, com insultos pessoais, cada um, através dos jornais já citados acima. Aí, já se preparava o ambiente para o conflito ocorrido em Princesa, em 1930.

### 3.3 João Pessoa e a Aliança Liberal

Nas eleições presidenciais de 1930, o pacto denominado de “política do café com leite” foi quebrado. O então presidente do país, Washington Luís, candidato paulista, ao invés de apoiar um candidato mineiro, apoiou um candidato paulista, Júlio Prestes, pondo fim à Política do Café com Leite. O mesmo, mesmo com essa traição, conseguiu o apoio de vários estados da federação.

Diante desses fatos, o presidente do estado mineiro, Carlos Antonio de Andrada, descontente com tal traição, juntou-se ao Rio Grande do Sul, representado por Getúlio Vargas, para enfrentar a chapa do Catete, com a Aliança Liberal, da qual, a pequena Paraíba viria a fazer parte.

As eleições se aproximavam e, como já foi citado, vários estados já haviam declarado apoio à candidatura de Júlio Prestes. A Paraíba se encontrava neutra, pois ainda não havia sido, o presidente João Pessoa, consultado sobre sua posição. Fato que é explícito nas palavras do deputado paraibano Carlos Pessoa, quando o mesmo foi questionado por um colega sobre a opinião do Estado, em relação à chapa apresentada pelo Catete.

“(...) respondeu-lhe Carlos que uma vez que a Parahyba não tinha sido solicitada a manifestar-se até aquelle momento, não tendo merecido, assim, de ninguém, essa consideração, e sendo ella pequenina e de pouca valia eleitoral, não via que interesse pudesse elle ter de conhecer-lhe a attitude. (...) Ella era pequenina e fraca, é verdade, mas em matéria de pudonor era tão grande e poderosa como o mais forte dos Estados. Quando fosse ouvida por alguém imputável, daria com toda a sobreceira e independência sua opinião; se nada lhe dissessem, ella não viria para onde era chamada” (Carta de Antonio Pessoa Filho a Eptácio Pessoa, *Apud* RODRIGUES, 1978, p. 67).

Percebe-se nesta fala de Carlos Pessoa uma certa defesa à Paraíba, achando ele que, a consulta ainda não teria sido feita pelo fato de, sendo o Estado tão pequeno, não era de muita valia para o Catete, achando este que, jamais a Paraíba o negasse apoio. Grande engano!

Contudo, cuidou-se logo, Tavares Cavalcanti, líder da Bancada paraibana na Câmara, a pedido de Manoel Villaboim, saber da posição da Paraíba com

relação as eleições presidenciais, o mesmo apresentou a João Pessoa a composição da chapa do Catete, como também a situação da oposição (Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Respondendo tal especulação, o presidente paraibano, disse que, após reunião com o Diretório do Partido Republicano da Paraíba, estava decidido em não apoiar a chapa lançada pelo Catete.

Este ato ousado de João Pessoa também é visto como um ato de coragem, pois não se podia imaginar um Estado do norte do país, com tantas necessidades, deixar de apoiar quem estava no poder. O mesmo entrou para história da Paraíba com tamanha significância que, até hoje, a bandeira do estado leva a palavra NEGÓ, numa forma de apresentar esse ato de bravura do então presidente João Pessoa.

Ainda não havia sido escolhido o nome de vice-presidente para compor a chapa da Aliança Liberal e, a resistência de João Pessoa com relação a chapa da situação “despertou o interesse sobre o nome do presidente paraibano para compor a chapa Getúlio Vargas da coligação Rio Grande do Sul – Minas na qualidade de candidato à vice-presidência” (RODRIGUES, 1978, p.71). O fato é que João Pessoa foi lembrado para fazer parte desta chapa e aceito. Para essas sua aceitação, várias de suas ações foram lembradas, vale lembrar que, essas causaram grande repercussão em todo território nacional da figura do presidente paraibano.

Epitácio, achando errado o fato de que, apenas São Paulo e Minas Gerais revezassem no poder, sendo o mesmo apontado como responsável pelo nome de João Pessoa à vice na chapa da Aliança Liberal. Por essa atitude de Epitácio, seus velhos correligionários paraibanos, mesmo descontentes com as atitudes de João Pessoa, não lhe negaram apoio, foram fiéis, como sempre foram, ao líder paraibano.

Sobre a entrada da Paraíba na chapa da Aliança Liberal, Oswaldo Trigueiro (1982) diz:

Do mesmo que Minas e Rio Grande do Sul, a Paraíba não entrou na Aliança Liberal por idealismo, por questões de princípio ou pelo empenho de regenerar a República. Procedeu por motivos políticos realistas e concretos, por igual explicáveis e legítimos. Essa atitude abria à Paraíba nova oportunidade de participar do supremo governo do país. Para o pequeno Estado do Norte, o fato tinha a maior importância e certamente valia o risco implícito no rompimento com o Governo Federal. Para a família Pessoa, que já havia dado um presidente, era extremamente lisonjeiro dar também um Vice-Presidente ou, pelo

menos, um candidato à vice-presidência, o qual, ainda em caso de insucesso, ficaria colocado entre os grandes da República.

Ainda disse João Pessoa obre sua presença na Aliança Liberal:

“A adesão da Paraíba à coligação mineiro-gaúcha significa meu desejo de cooperar na ingente tarefa da regeneração política do País dentro das normas constitucionais. Não me subordinei a qualquer interesse pessoal porque a minha vida até então era dedicada a outros ramos de atividade intelectual e a ela poderia voltar findo o período de governo que estou exercendo. Sei que este gesto de autonomia trará para o meu pequeno Estado dificuldades administrativas e materiais (...) Entretanto, ele valerá como um exemplo de alta significação política porque, dentre os pequenos estados da Federação, foi a Paraíba a primeira a divergir da opinião do situacionismo federal (...) Quanto à minha indicação para a vice-presidência, aceitando-a, atendo principalmente às razões invocadas pelo Sr. Eptácio Pessoa que asseverou, em carta que me escreveu, sobretudo, honra a Paraíba – e dela eu não poderia abrir mão” (**Citado por VIDAL, 1978, P. 51-53**).

Ao negar apoio à candidatura de Júlio Prestes, a pequena Paraíba pagaria um preço. O presidente Washington Luis perseguiu das formas que pôde aquele Estado, como exemplo, Linda Lewin (1993) diz: “(...) todos os funcionários federais não perrepistas perderam seus empregos, sendo substituídos por partidários de Júlio Prestes”. E ainda diz: “(...) todas as dotações federais foram suspensas pelo restante da administração de João Pessoa”.

Isso já era previsto por João Pessoa, que antes tinha sido alertado por seu tio Eptácio numa carta que diz:

(...) Washington, segundo declara, não agredirá a Paraíba se eu decidir pelo Prestes ou ao menos conservar neutro. A informação vem de um amigo do Presidente. Isto quer dizer que, se eu seguir caminho diverso, a Paraíba será atacada. (...) Deves, pois, estar preparado para as arremessas do Presidente (...) (Citado por RODRIGUES, p. 77, 1978).

De certa forma, essa reação opressora vinda do presidente da Federação foi válida à João Pessoa, que passou a ser visto como vítima. Fazendo, com essa imagem, com que muitos se sensibilizassem, chegando a apóia-lo. E isso foi bom para a campanha eleitoral da Aliança Liberal, pois houve repercussão para outros estados brasileiros, dando a João Pessoa o sinônimo de liberdade, que era aquilo que tanto o povo queria.

José Américo, homem de confiança para João Pessoa e, na época Secretário do Interior e Justiça, diz no seu livro “O Ano do Nego” (1978, p. 14 e 16), que mesmo sem sentir medo do que viria com essa decisão, tentou alertar o

presidente: “Não significa que não entre na luta com entusiasmo e decisão, mas uma coisa eu digo: a Paraíba vai sofrer horrores, o futuro dirá”. Logo após declarada a decisão de João Pessoa, continua José Américo: “Fui redigir os telegramas de comunicação do resultado, estremecendo de orgulho da minha terra insubmissa. Se tudo se perdesse, ficaria o gesto ousado para a História”.

Se faz necessário mencionar nesse estudo a situação que se encontrava João Pessoa ao lançar-se candidato à vice-presidência da União. Pois, durante a campanha viu-se obrigado a desviar-se de seus princípios, tão defendidos em seu discurso de posse. Para conseguir apoio político, foi à procura daqueles que tanto criticou: os coronéis; não lhe restava outra saída, o costume político da época era esse, e ele não tinha como fugir à regra.

Como fora citado, por respeito ao grande Epitácio, vários correligionários decidiram, pelo menos de início, apoiar a Aliança Liberal, mesmos descontentes por se sentirem desprestigiados, atingidos com inovações de seu sobrinho. Vários daqueles que, pouco tempo depois, estariam travados numa luta contra João Pessoa, no momento mostrou apoio. É o caso de João Suassuna, ex-presidente paraibano; Duarte Dantas, chefe político do município de Teixeira; e, do próprio José Pereira, de Princesa. Este último declara no jornal A União, datado de 4 de agosto de 1929, sua decisão:

“Agradeço comunicação vossênciã delliberação tomãa nosso partido face successão presidencial República a qual sou solidário applaudindo esta attitude dignifica querida Parahyba. Cordiaes saudações. José Pereira” (Citado por RODRIGUES, 1978, p. 76).

A campanha da Aliança Liberal na Paraíba seguia tranqüila. Muitos, mesmo dando seu apoio, não acreditavam na vitória desta. A mesma só obteve um caráter perigoso quando ocorreu o rompimento entre João Pessoa e o coronel José Pereira, logo após a apresentação da chapa paraibana de deputados federais. Fato que dá início a chamada “Revolta de Princesa”, episódio que analisaremos a seguir.

## CAPÍTULO IV – O INÍCIO DO FIM: A REVOLTA DE PRINCESA

---

*Êta pau-Pereira,  
Quem em Princesa  
Já roncou  
Eta Paraíba,  
Mulher-macho, sim senhor!*  
(Baião Paraíba – Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira)

### 1. Antecedentes da guerra

Como já fora citado no capítulo anterior, João Pessoa, por causa de seu caráter reformador, acaba por causar o descontentamento entre aqueles que o ajudaram a chegar na presidência do estado paraibano. É fato que estes estavam sendo leais a Epitácio, não a João Pessoa, mas tiveram sua importância na chegada do mesmo a presidência do Estado.

A política paraibana estava sustentada pelos coronéis. Esses se sentiam contrariados, com seus poderes e regalias diminuídos por conta das ações de João Pessoa. Ações essas, já citadas, como: a campanha contra o banditismo, a luta pelo desarmamento e, a mais ferrenha, a Guerra Tributária. Todas, agredindo de uma forma ou de outra, esses coronéis, principalmente, os do sertão.

Dentre estes destaca-se o coronel José Pereira, líder político da cidade de Princesa. Abaixo, seguem algumas características físicas e de poder do mesmo:

Era um tipo sólido, moreno pálido, de estatura acima de mediana, dotado de atraente simpatia pessoal, sempre a rir com o riso baixo. Faltava-lhe tudo para ser o “coronel” que ainda remanesce em alguns recantos do Nordeste pela força das armas. Era lento e sem expansões gritantes, conquanto dominado pela paixão da força e pela sede de domínio. Filho de um chefe influente, abandonara o curso de Direito, no Recife, para ir tomar conta do seu irrequieto município. Nos momento de agitação, mobilizava sua milícia. No governo Suassuna, engajou-se na repressão à coluna Prestes, que atravessou a Paraíba. Fora também armado para perseguir o grupo de Lampião. (ALMEIDA, 1978, p. 34).

Como se pode imaginar, José Pereira era o típico coronel sertanejo que detinha um significativo poder em suas mãos e, iguais aos outros, era privilegiado com certas regalias advindas com a política da época.

Correligionário fiel e, acima deste, amigo íntimo de Eptácio Pessoa, como pode-se ver em (TRIGUEIRO, 1978, p. 111),

É sabido que a maioria dos chefes municipais não se correspondia diretamente com Eptácio, e alguns nem sequer o conheciam pessoalmente. José Pereira era talvez o único acolhido na intimidade dos Pessoa, tanto os de Umbuzeiro quanto os do Recife, e que era tratado pelo chefe supremo com deferência especial.

Ele não negou apoio quando este último, em 1928, lançou seu sobrinho à presidência do Estado. Porém, com esse novo governo, que fez uma ferrenha luta contra aquilo que lhe parecia caudilhismo, vê seu prestígio sendo diminuído. José Américo de Almeida (1978), sobre isso, diz: “Sempre prestigiado, punha e dispunha no estado. Só agora decaía”.

Desde 1922 existia, de uma forma discreta, um certo receio vindo de alguns da família Pessoa com relação a José Pereira. Muito amigo dos Pessoas de Queiroz, chegou a dar abrigo em Princesa à Eptácio Sobrinho Pessoa de Queiroz, pelo fato deste ter cometido um crime, o qual foi exposto no capítulo anterior. Esse fato causou uma certa antipatia à pessoa do coronel, porém, não impediu que o mesmo seguisse fiel à Eptácio, então, tio do assassino.

A Guerra Tributária, iniciada por João Pessoa, atingiu, a figura de José Pereira, que se viu prejudicado com a mesma, na medida em que ela envolveu os Pessoas de Queiroz, amigos de elevada estima do coronel, como também, parceiros comerciais. José Pereira era um representante comercial dos Pessoas de Queiroz que, através do chefe princesense, fazia chegar suas mercadorias na cidade de Princesa e, de lá, sendo transportada à outras cidades do Estado.

Além de receber essas mercadorias pernambucanas, José Pereira também exportava, por exemplo, algodão e couro, àqueles comerciantes do estado vizinho.

Sendo assim, a “guerra tributária” acarretou ao coronel de Princesa um certo prejuízo financeiro que, conseqüentemente, veio fomentar ainda mais o conflito em Princesa. Como veremos mais adiante.

O estopim que veio causar definitivamente o rompimento entre o chefe político de Princesa e o governante paraibano foi a composição da chapa pra o senado e para Câmara Federal, que concorreria as eleições de março de 1930. Analisaremos de início essa composição.

Com o desejo de “rejuvenescer a bancada federal”, João Pessoa não aceitou a reeleição dos deputados que hora cumpriam seu mandato. Reuniu-se, o então presidente, com a Comissão Executiva do Partido Republicano da Paraíba, a fim de organizarem a chapa para o Senado e para Câmara Federal. Na ocasião apresentou seu plano de renovação, o qual foi contestado por alguns membros da Comissão, Júlio Lira e Inácio Evaristo. Tal discordância ocorreu pelo fato de que, havia ainda um deputado, dentre os antigos, com o privilégio de concorrer novamente nessas eleições, como também, deixando de fora uma forte figura política sertaneja, João Suassuna. Portanto, os que não concordaram queriam que o plano fosse justo e fosse válido a todos os deputados, sem nenhuma exceção. Para Júlio Lira,

A conservação deste nome parecia-lhe injustiça aos alijados, na sua opinião árduos trabalhadores pela causa liberal. Por outro lado, admitir a substituição proposta por João Pessoa significaria proscriver a candidatura do deputado João Suassuna seu amigo particular e seu introdutor na carreira política (CAMINHA, 1978, p. 81).

Não é de se estranhar que o deputado que permanecera com seu nome na chapa era Carlos Pessoa, primo de João Pessoa. Assim o fez, como disse José Américo de Almeida, “poupando a sensibilidade do tio” (Citado por CAMINHA, 1978, p.83). com também, talvez, tentando evitar um novo atrito dentro da família Pessoa.

A Comissão ainda se reuniu duas vezes para decidirem a composição da chapa. Na segunda e última reunião, ficando em um empate a decisão pelo plano de renovação, João Pessoa usa do chamado “voto de qualidade” e, toma a decisão final, assinando, por fim, o manifesto da composição da chapa.

Seguidor dos conselhos de Epitácio, João Pessoa, nesse ponto, não fez as vontades do tio que, defendia a permanência de outros nomes nessa nova chapa. E, “Degolou assim os demais, inclusive João Suassuna, ex-governador e prestigioso chefe da plutocracia sertaneja” (JOFILLY, 1979, p. 206).

Dessa forma, talvez, João Pessoa quisesse eliminar algumas figuras da política paraibana, a exemplo de João Suassuna, que era criticado pela política do então governador, por seguir os costumes coronelísticos na época. E comete um grande erro, pois Suassuna era um forte coronel do sertão paraibano, que mantinha uma extrema ligação com outros chefes sertanejos, formando, dessa forma, o espírito político do Sertão.

Consciente do que fizera, João Pessoa já previa uma cisão dentro do partido, tanto é que “(...) só apresentou a chapa federal doze dias antes da eleição” (TRIGUEIRO, 1978, p. 112). Assim, talvez, estivesse evitando uma possível reação daqueles que se encontravam descontentes com a composição da chapa.

Chegou-se, enfim, ao último e decisivo motivo que fez com que alguns chefes políticos do sertão, sentindo-se desprestigiados, chegassem a romper com o presidente da Paraíba; mesmo, estando estes, no início, logo que fora publicada a composição da chapa, prestado apoio a João Pessoa.

No momento, estava João Pessoa empenhado com sua campanha eleitoral e, chegando de uma viagem ao Rio, de caráter político, reunia uma comitiva para fazer sua propaganda no Norte do país, em especial, na Paraíba. Faziam parte desta comitiva dois dos seus secretários, José Américo de Almeida e Antenor Navarro.

A primeira cidade que resolve visitar é aquela em que seu líder político, mesmo sem demonstrar, já visava um rompimento com o presidente, a cidade era Princesa. Isso datava de 18 de fevereiro de 1930. José Américo (1978, p. 43), afirma que essa visita não fora uma visita eleitoreira, e sim uma “(...) simples cortesia, como retribuição de uma homenagem que fora prestada pelos chefes municipais”.

Não se sabe o que desejava João Pessoa ao realizar essa viagem à Princesa, pois como escreveu seu secretário e companheiro nesta viagem, em seu livro “O Ano do Nego” (1978, p. 44):

(...) metemo-nos a caminho para o ponto que para mim se convertera num mistério. Sobravam-me razões para essa desconfiança. Princesa era o domínio de José Pereira, como chefe situacionista. E as relações

entre ele e João Pessoa não eram boas. Ao contrário, estavam seriamente estremecidas.

Como se vê, o que era de se esperar seria a não realização dessa visita à Princesa, pois João Pessoa já tinha ouvido boatos de que José Pereira, mesmo tendo sido avisado de última hora sobre a visita do presidente, lhe preparava uma traição.

A chegada de João Pessoa na cidade sertaneja foi motivo de festa, como já era de costume. A cidade toda enfeitada na cor vermelha, numa alegria só para receber o governante da Paraíba. “Avisado de última hora, José Pereira hospedou-o em sua casa e ofereceu-lhe um banquete, seguindo de dança, coisa que, no sertão, é complemento infalível de todo acontecimento político” (TRIGUEIRO, 198, p. 113).

A recepção foi tão calorosa que João Pessoa chegou a pensar que aquele chefe sertanejo não guardava nenhum tipo de ressentimento quanto a sua pessoa e a suas ações. E, acreditando nisso, nem deu importância quanto ao apresentar e a falar sobre a composição da chapa para bancada federal, principalmente, a retirada do nome de Suassuna, com José Pereira.

Na época, circulou a versão de que, somente no momento de despedir-se, João Pessoa mandou o ajudante de ordens entregar a José Pereira um papel com a lista dos novos candidatos, de sorte que ele só teve conhecimento da chapa quando o carro do Presidente já rodava na direção de Água Branca (TRIGUEIRO, 1978, p. 113).

Episódio que merece destaque, por seu aspecto de mistério, foi na hora em que o presidente se recolheu no quarto para dormir. Pois, José Pereira trancou a porta do quarto por fora, também, “Há quem sustente que o plano de José Pereira era matar o presidente durante a noite, tanto assim que uma das janelas do quarto dormira apenas encostada (constatação feita por Elísio Sobreira), a fim de que alguém pudesse por ela penetrar livremente” (VIDAL, 1978, p. 90).

Mas nenhuma maldade João Pessoa percebeu a recepção e nas ações daquele coronel, mesmo tendo ficado um pouco desconfiado com tal atitude, tanto é que chegou a falar do episódio o seguinte:

- Recolhendo-me, mais tarde, ao quarto, notei que o Sr. José Pereira trancara por fora a porta. Tornara-me prisioneiro da sua magnanimidade... Contudo, dormi tranqüilamente. Qualquer que tivesse sido o intuito perverso ou sinistro de uma tão estranha precaução por

parte do indivíduo que me hospedava, e, conhecendo-lhe eu os instintos ferozes, o carinho da recepção que me fizeram na residência de sua família não me autorizava a recear a surpresa naquela segregação imprevista. Um pouquinho esquisito, convenhamos... E, felizmente, aqui estou contando a história. (VIDAL, 1978, p. 90).

Este foi o último encontro amigável entre João Pessoa e José Pereira. Este último sentindo-se, ainda mais agora, desprestigiado pelo fato de não ter sido levado em consideração quanto, enviava, dois dias depois à visita do Presidente, uma correspondência ao, que tinha acabado de chegar na Capital de sua viagem ao Sertão, comunicando-lhe seu rompimento com o mesmo. Dizia o telegrama:

PRINCESA, 22 – Acabo de reunir os amigos e correligionários a quem informei do lançamento da chapa federal. Todos accordaram mesmo que v. excia escolhendo os candidato à revelia da comissão executiva caracteriza palpável desprestigio aos respectivos membros. A indisciplina partidária que resumbra do acto de v. excia. inspirado de desconfiança no seio do epitacismo ameaça o esquecimento dos mais relevantes serviços dos devotados à causa do partido. Semelhante conducta aberrata dos princípios do Partido cuja orientação muito differia da actual, adoptada singularmente por v. exc. Esse divorcio afasta os compromissos dos velhos baluartes da victoria de 1915 para com os princípios desse Partido que v. exc. acaba de falsear. Por isto tudo delibero adoptar a chapa nacional, concedendo liberdade dos meus amigos para usarem do direito do voto consoante lhe ditar a opinião, COMPROMETENDO-ME AINDA A DEFFENDEL-OS, SE QUALQUER ACTO DE VIOLENCIA DO GOVERNO ATTENTAR CONTRA O DIREITO DO VOTO ASSEGURADO PELA CONSTITUIÇÃO. Saudações. José Pereira. (CITADO por CAMINHA, 1978, p. 87).

Ao receber tal correspondência, João Pessoa apresentou-se surpreso e não acreditava naquilo que estava escrito, achando ele não ter sido enviado por José Pereira. Tanto é que, logo cuidou em outra mensagem “que mais parecia um apelo”, em busca da veracidade do telegrama. O mesmo segue: “PARAHYBA, 23 (Urgente) – Coronel José Pereira – Rogo favor dizer-me se me transmitiu telegrama n 52, de hontem, com 122 palavras, às 17 horas. Abraços – João Pessoa” (CITADO por CAMINHA, 1978, p. 95).

Ainda no mesmo dia, cuidou José Pereira em responder ao Presidente, mandando-lhe outra mensagem, que seguiu de mais uma de João Pessoa. Em sua mensagem, o coronel citava um dos motivos que o levaram ao rompimento, apontando as causas como algumas atitudes do presidente. Abaixo, segue essas mensagens, primeiro, a de José Pereira:

Princesa, 23 – Exmo Sr. João Pessoa – Paraíba – Respondendo radiograma n. 6, onde V. Eª parece estranhar meu veemente protesto

anulação comissão, adito meu telegrama n. 52, de ontem, que maior motivo meu afastamento representa minha reação contra humilhantes e ofensivas referências V. E<sup>a</sup> fez minha pessoa, ocasião reunião comissão executiva, de que fui informado fonte segura por telegrama amigo incapaz mentira. Saudações. – José Pereira (CITADO por VIDAL, 1978, p. 92).

Em resposta, envia-lhe João Pessoa:

Paraíba, 23 (Urgente) – cel. José Pereira – Princesa – Por mais que leia e releia seus despachos, depois da carinhosa recepção que me fez há dois dias passados, e dos nossos entendimentos sobre política, não posso acreditar que eles traduzam o seu pensamento consciente. A escolha dos candidatos foi feita em reunião da comissão executiva, composta dos Srs. Álvaro de Carvalho, Júlio Lyra, Domócrita de Almeida, Inácio Evaristo e eu. Porque Júlio Lyra e Inácio Evaristo entendessem que não se sentiam bem assinando o manifesto da indicação dos candidatos com a exclusão de Suassuna e Oscar, amigo íntimo de um e genro do outro, resolvi assina-lo sozinho, recusando mesmo ao delegação que me quis dar o Sr. Júlio Lyra para, em nome da comissão, assinar o referido documento, a fim de que o fato, no momento, não fosse explorado pelos inimigos. Desafio que qualquer dos membros da comissão afirme de público, com a responsabilidade do seu nome, que durante a reunião eu houvesse feito qualquer referência à sua pessoa. Não sou homem de fazer juízos desairosos de quem quer que seja e depois ir receber a sua hospedagem. Dou este esclarecimento como simples dever de minha dignidade. Quanto à ameaça final do seu telegrama deve compreender que ela não me atemoriza. E, quanto ao mais, julgue como a sua consciência determinar. Saudações. – João Pessoa (Citado por VIDAL, 1978, p. 92).

Segundo José Américo de Almeida (1978, p. 53) “começou aí a chamada campanha de Princesa”. Por fim, se concretizava aquilo que já havia tido seu início desde o momento em que João Pessoa assumia a presidência do Estado: uma desavença entre o “poder privado e o poder instituído”.

Vale lembrar que, a exclusão do nome de Suassuna da chapa não causou o descontentamento apenas no chefe sertanejo de Princesa, mas também em outras localidades a exemplo de Teixeira. Cidade que era um “feudo” da família Dantas, unida a José Pereira por laços familiares, como também à Suassuna pelo mesmo motivo, pois sua esposa pertencia àquela família.

José Américo de Almeida (1978, p. 53 e 54), declara que, após a mensagem de rompimento de José Pereira, sugeriu ao Presidente que agisse contra o inimigo. Mas João Pessoa, não queria nem pensar na possibilidade de luta. Coisa que já havia demonstrado dias antes, quando proferiu as seguintes palavras: “- Prefiro mil vezes Júlio Prestes a uma revolução!” (Citado por ALMEIDA, 1978, p. 38).

Reagindo ao então rompimento, João Pessoa cuidou em retirar da cidade de Princesa todas suas autoridades estaduais, a fim de que as eleições de março não ocorressem de uma forma indesejada, ou seja, “Para evitar que a votação de Princesa viesse alterar os planos eleitorais do situacionismo, e na impossibilidade de providências eficazes que alterassem o resultado esperado” (SOBRINHO, 1975, p. 119). Isso é explicado pelo fato de que, tais funcionários estaduais ocupavam seus respectivos postos por indicação de José Pereira, sendo assim, o que ocorresse durante eleições em Princesa, estes estariam ao lado do coronel.

A respeito de tal atitude, diz José Pereira:

(...) deixei de acompanhá-lo, não só por consciência de que assim melhor cumpriria o meu dever político para com a nação, mas, também para defender a Paraíba contra o desmando, a que uma hora de insânia do próprio poder constituído a está conduzindo (Citado por CARDOSO, 1954, p. 35).

Assim, José Pereira cumpriu aquilo que havia dito no telegrama enviado à João Pessoa, no qual anunciou seu rompimento. Ele não deixou sem proteção seus amigos perseguidos, lutou em defesa destes.

Sobre José Pereira defender as pessoas de sua estimação, escreveu Assis Chateaubriand, num determinado artigo de O Jornal, que trazia como título “O professor do Jagunço”, de 13 de março de 1930:

No final de contas, que fez José Pereira? Tinha um candidato a deputado federal que era o Sr. Suassuna, o ex-governador a quem ele devia todo o poder de que dispunha na zona sertaneja. Saído da chapa o seu antigo chefe ele se opôs fora da lei para vingá-lo, castigando os atrevidos da capital sem obedecer ao líder do cangaço no sertão (Citado por INOJOSA, 1980, p. 96).

O coronel sertanejo não só procurou defender seu amigo Suassuna, como também saiu em defesa dos Pessoas de Queiroz, atingidos por João Pessoa na, já conhecida, “Guerra Tributária”, e, ainda, para dar apoio ao Dantas, no caso de Teixeira, o qual veremos adiante.

Os Pessoas de Queiroz, sabendo de tudo que hora se passava na Paraíba e, ainda com o desejo de ver o primo fora do poder do estado vizinho, viu na figura do coronel a pessoa ideal para reagir contra João Pessoa. Donos de grande riqueza, prometeram a José Pereira custearem a luta, caso o coronel

viesses a reagir contra o governo: “reaja que nós o sustentamos” (Depoimento de Joaquim Inojosa, citado por RODRIGUES, 1978, p. 101).

Em carta ao tio Epitácio, João Pessoa de Queiroz, dizia ao mesmo que, achava que seu primo, João Pessoa, não tinha como suportar a luta e que se o governo federal não o apoiasse, sua derrota era coisa certa; deixa claro sua posição com relação a futura luta, saindo em defesa do coronel sertanejo, enfatizando os laços de amizade que os unia. E completa: “Nestas condições, fui forçado a entregar ao nosso amigo José Pereira todos os elementos de reação que possuía, para sua defesa contra Joça” (Citado por INOJOSA, 1980, p. 50).

Tal ação, vista como um complô, entre José pereira e os Pessoas de Queiroz, “no qual premeditava sacrificar este Estado”, pelo tenente Arruda em telegrama enviado a Ademar Vidal, não ocorreu, apenas, após o rompimento,

Como confirmou um dos assessores dos Pessoa de Queiroz, “a reação já estava preparada e José Pereira foi o homem certo para essa reação”. Neste sentido, o coronel já estaria se armando desde setembro de 1929, muito antes do telegrama de rompimento (RODRIGUES, 1981, p. 26).

onde, nesse mesmo telegrama, o emissor noticiava a ida do coronel à cidade Flores, Pernambuco, na qual estava “(...) aguardando a chegada (...) de armamento, munição e dinheiro, conforme compromisso fez pessoa de Queiroz” (Citado por VIDAL, 1978, p. 99).

Percebe-se que a ação dos primos pernambucanos de João Pessoa foi primordial para o início da luta, já que o incentivo dado por eles ao coronel revoltado foi de tal tamanho que, praticamente, deu todo sustento ao movimento.

Ainda sobre o auxílio dos parentes pernambucanos de João Pessoa, prestado à José Pereira, se faz perceber que houve, até certo ponto, uma influência que vai além da ajuda bélica e financeira. Faço referência da pressão feita ao chefe de Princesa por tais irmãos (Pessoas de Queiroz), quanto ao incentivá-lo a entrar em guerra contra o Estado, numa esperança de ver o primo presidente deposto do seu cargo.

Isso pode ser percebido no depoimento de Marcolino Pereira Diniz (mentor intelectual da revolta) citado por Inês Caminha (1978, p. 117), que “José Pereira iniciou a luta ‘quase forçado pelos Pessoas de Queiroz’”, e ainda acrescentou que “os Pessoas de Queiroz foram o pivô da questão”; como também analisando as mensagens abaixo descritas:

Francisco Pessoa de Queiroz – Zé Pereira, o tempo é esse para se tirar Joça da Parahyba, devemos aproveitar a boa vontade do presidente da República.

José Pereira – Não posso, devo favores a Eptácio e não me convém trai-lo.

Francisco Pessoa de Queiroz – Meu tio está maluco, só acredita em Joça, os outros sobrinhos para ele não existem. (Citado por RODRIGUES, 1978, p. 117).

Junto a isso, cuidava, também, José Pereira de juntar homens para o possível entrave com o Estado. O que não lhe fora uma tarefa difícil, pois como se sabe, “todo coronel dispunha de um ‘exército’ particular” (RODRIGUES, 1978, p. 107), formado, em boa parte, por pessoas que, outrora, foram contemplados com serviços e boas ações vindas do coronel. Ainda mais se tratando daquele chefe sertanejo, “(...) considerado antes de 30 o maior chefe de todo sertão, chega a concentrar em suas fazendas uma força de milhares de homens” (FACÓ, *Apud* RODRIGUES, 1978, p. 108). O coronel também contou com apoio de outros, que o ajudaram com seu “exército particular”.

Após o rompimento, José Pereira passou a apoiar, politicamente, o Partido Conservador da Paraíba, que fazia oposição à João Pessoa. Joaquim Inojosa (1980, p. 94), chama atenção pra esse ato do coronel, pois o mesmo, durante quinze longos anos, foi fiel à Eptácio e sua política, e, encontrava-se agora, prestando apoio àquele que, antes, também era considerado seu inimigo político, a pessoa de Heráclito Cavalcanti. Em ato da mesma espécie, declarou apoio à chapa presidencial encabeçada por Júlio Prestes. O que também fez “(...) todos os chefes políticos que discordaram da chapa escolhida por João Pessoa transferiram-se para o Partido Republicano Conservador, passando a fazer oposição à Aliança Liberal” (RAPOSO, 2006, p. 82). Ocorria uma cisão no epitacismo, que o levava ao declínio total.

O apoio dado ao, na época, presidente do país, trouxe à José Pereira conseqüências positivas, pois quando a luta se fez presente em Princesa, além da ajuda oferecida pelos Pessoa de Queiroz, passou José Pereira a, também receber ajuda vindas do Catete. Ajuda esta que não parou por ai, pois recebeu também o apoio de estados vizinhos que, hora, davam apoio político a Júlio Prestes, a exemplo de Pernambuco.

As coisas não tomaram outro rumo a não ser aquele já esperado: o sertão paraibano passou a vivenciar um período, composto por diversos fatos que,

juntos, passaram a compor a guerra de Princesa, “(...) que por cinco meses ensangüentou o sertão” (INOJOSA, 1980, p. 140), fatos estes que serão vistos a seguir.

## **2. Guerra em Princesa**

Os primeiros tiros da luta ocorreram na cidade de Teixeira, no início de março de 1930, às vésperas das eleições. Com a pretensão de garantir eleições seguras, como também de fazer com que sua chapa ganhasse, já que alguns líderes sertanejos não estavam de acordo com sua “orientação política”, o Presidente enviou àquela cidade tropas da polícia estadual, que estavam sob o comando do tenente Feitosa. Esse ato do presidente foi considerado uma afronta à família Dantas, pois Feitosa era um inimigo da mesma, o mesmo causou uma instabilidade no local, iniciada com tiroteios entre os Dantas e as forças policiais do Estado.

Segundo Ademar Vidal (1978, p. 94), tal atitude de João Pessoa, em enviar policiamento àquela vila, não tinha nenhum caráter vingativo contra àqueles chefes sertanejos, pois mesmo antes de sua ida à Princesa, o presidente havia dado ordens à sua pessoa para que, o mesmo se encarregasse de agrupar na capital paraibana, os possíveis soldados que se encontravam no interior. Ademar ainda afirma que João Pessoa “agia honestamente”.

O fato é que a vila de Teixeira se viu no meio de tiros. Segundo depoimentos de moradores da vila, o tenente Feitosa e sua tropa entrara na cidade anunciando sua chegada ao som de tiros, causando assim, pânico àquela população. Seguindo disso, ainda praticou atos desumanos contra pessoas da família Dantas. Num depoimento de um membro da família, citado por Inês Caminha (1978, p. 106), vê-se o teor de atrocidade de tais atos: “prende minha tia Ernestina, minha tia-avó, Tia Cota, e meu tio Manuel Dantas Vilar, que estava desarmado. Levou-os para cadeia e começou a ameaçá-los com a degola, coisa em que era useiro e vezeiro (...)”.

Esse episódio ocorrido em Teixeira vieram a ferir a integridade do chefe local daquela localidade, que, no momento, não se encontrava na cidade, mas ao tomar conhecimento do que ali estava ocorrendo, cuidou em agir. Com o apoio de José Pereira, juntou um contingente de “cabras” e tomaram o rumo de Teixeira com o objetivo de libertar seus parentes que estavam sob o poder das tropas do estado.

Ademar Vidal (1978, p. 100 e 101), publica alguns telegramas do tenente Feitosa, enviado a sua pessoa que, no momento ocupava o cargo de Secretário de Segurança do estado; os mesmos têm como ponto em comum, a declaração de atos causados pelos Dantas naquela região. No primeiro deles, o tenente conta a Vidal como fora recebido naquela cidade, desfazendo a versão contada pelos moradores da mesma, citada acima.

Teixeira, 1 – Respondendo telegrama n. 6 de Vossa Excelência, informo que entrando nesta vila fui com a minha força recebido a bala por Silveira Dantas e outros, conseguindo prender e desarmar o mesmo Silveira (...). Família Dantas vem cometendo horrores neste município (...) (Citado por VIDAL, 1978, p. 100).

Teixeira se viu por 24 horas sob o comando das tropas policiais do Estado, onde “a Força Pública estadual apossou-se dos registros eleitorais, tornando impossível aos perrepeistas realizarem votação” (LEWIN, 1993, p. 253).

Diante do que acontecia em Teixeira, José Pereira, solidário ao chefe daquela localidade e como havia prometido, mandou seus homens à Teixeira com o intuito de “libertar os correligionários detidos” (TRIGUEIRO, 1982, p. 115), pois, o tenente Feitosa conseguira render alguns membros dos Dantas. Segundo, Oswaldo Trigueiro (1982, p. 115), a ação do coronel de Princesa “(...) não se fez necessário porque, ao aproximar-se da cidade, os presos já haviam sido postos em liberdade”. E continua, “Os homens de José Pereira regressaram sem haver disparado um tiro, e Teixeira ficou sob o controle da polícia estadual (...)”.

Tendo o Estado um número reduzido de soldados, em 6 de março de 1930, o Presidente João Pessoa, sob o decreto 1644, reorganizava o Batalhão Provisório, cuja tarefa era dá auxílio à polícia no sertão paraibano.

Após o fato ocorrido em Teixeira, um contingente de recrutas, que tinham à frente o tenente João Costa, partia rumo à Princesa, para onde os homens de Duarte Dantas haviam logrado. Durante à ida ao município rebelado, travou-se vários conflitos em determinadas localidades.

O povoado de Imaculada, em 8 de março, viu-se em meio a um intenso tiroteio, onde as forças do estado contavam com a vitória. Segue-se a episódio outro, do mesmo caráter, ocorrido em Água Branca, povoado pertencente a Princesa, já em 24 de março. O resultado é o mesmo do anterior. Em ambos, após o combate, o tenente João Costa deixava um grupo de soldados em cada localidade ressaltando de tal forma a vitória do governo.

O próximo povoado a ser alvo dessas lutas era o de Tavares, onde, se deu o maior combate da campanha. Aos 28 de março, o povoado recebia as tropas do governo. O tiroteio começou assim que estas chegaram e tiveram um prolongamento de 36 horas. Os revoltosos vêem-se obrigados a deixar o povoado, mas permanecendo nos arredores do mesmo, deixando-o sob o comando das tropas do Estado, em 30 do mesmo mês e ano.

A tropas do coronel, nesse entrave em Tavares, se encontravam desorganizadas, sem estratégia de como atacar o inimigo, que em termo de número de pessoas, era bem maior. Daí, Joaquim Inojosa (1980, p. 154) afirmar que “A tomada de Tavares significou grave perda para José Pereira” . Mas, em pouco tempo, o jogo havia de se virar para o outro lado. Pois,

Apesar da tomada do povoado, a polícia fica em situação crítica pois sendo Tavares circundado por elevações, constituía-se num bom alvo para os princesenses, nas cercanias. As forças legais ficaram sitiadas nas condições mais vexatórias: pouca munição, grande escassez de alimentos (...), sem meios de comunicação, pouca água (...). Fustigados por uma peste de pulgas que aliava-se ao frio natural de região serrana e à falta de cobertor, não dispunham de condições para dormir com um mínimo de conforto” (RODRIGUES, 1978, p. 126).

Situação esta, pela qual, os revoltosos tinham a esperança de conseguir a rendição das tropas governamentais. Tal situação levava os soldados a abandonarem o campo, eram as chamadas deserções, por não suportar a situação. As deserções foram outro ponto negativo ao governo. Não havia nem como conseguir água para beber, pois Tavares se encontrava cercada pelos revoltosos, deixando a localidade ilhada. Isso era uma estratégia da parte do coronel, vencer as tropas do Estado pela necessidade de alimento e água.

Já os cangaceiros que compunham o exército do coronel se viam em melhores condições: “viviam fartos do bom e do melhor” (VIDAL, 1978, p. 220).

Como estratégia de guerra, o poder governamental criou três frentes, denominadas de colunas, as quais tinham por objetivo seguir, cada uma,

diferentes caminhos, que as levavam ao município princesense, para um ataque simultâneo.

A coluna do norte estava sob o comando do capitão Irinel Rangel e tinha por ordem ocupar Olho d'Água. A do oeste, sob o comando do tenente Feitosa, visava ocupar os povoados de Patos e Alagoa Nova (hoje Manaíra) e a outra, a do leste, comandada pelo tenente João Costa. Sendo esta última, a missão de ocupar Tavares, o que foi relatado acima.

Tanto a coluna oeste, quanto a leste obtiveram vitórias às tropas estaduais, onde “Essas perdas deram alento a José Pereira e foram responsáveis pelo prolongamento da campanha” (ALMEIDA, 1978, p. 84).

O progresso das tropas do governo tivera seu fim em Tavares, considerada a maior vitória para o “poder instituído”. Várias dificuldades enfrentadas pelo presidente, dariam ao coronel condições suficientes de seguir a luta e obter vitórias na mesma. As tropas do governo paraibano começaram a enfrentar graves problemas que davam vantagens aos revoltosos, entre eles destaca-se o número de pessoas recrutadas para luta que era inferior ao das tropas do coronel e a disponibilidade de material bélico. Além do apoio que recebeu José Pereira, que já foi citado nesse texto.

Contou, a polícia do Estado, “apenas com 870 homens incluídos o pessoal da administração e os não combatentes (músicos, arreiros e ordenanças)” (RODRIGUES, 1978, p. 113). Saindo assim em desvantagem comparando com as tropas organizadas pelo coronel que, dentro de pouco tempo, conseguiu reunir 2000 homens.

Quanto ao material bélico, as tropas do coronel estavam em boa situação, pois contava com um grande arsenal, completamente novos. Júlio Prestes foi um dos que ajudou a compor esse acervo, como deixa claro Joaquim Inojosa: “contávamos com Júlio Prestes. Essas armas que se arranjavam aqui (no Rio de Janeiro) era Júlio Prestes quem as mandava. Com sua influência permitia que seus agentes conseguissem tudo por aqui (...)” (Citado por RODRIGUES, 1978, p. 120).

As armas e munições também eram enviadas pelos Pessoas de Queiroz, vistos como os mercenários da guerra. Estes eram auxiliados pelo presidente pernambucano que, sendo um ato considerado errôneo, permitia a saída dessas armas de Pernambuco, onde a polícia deste fazia vista grossa quanto a esse transporte.

Por outro lado, encontrava-se as tropas do governo paraibano, numa grande dificuldade com relação ao material bélico. Além de um pequeno número, as armas dessas tropas se encontravam em precárias condições. Conforme José Américo de Almeida (1978, p. 93) “vinha aproveitando rifles velhos e o arsenal da campanha de Floro Bartolomeu, enterrado no Ceará”.

Um depoimento, citado por Inês Caminha (1978, p. 123), de um daqueles que integravam a polícia paraibana, apresenta situação desses armamentos: “as armas da polícia eram decadentes porque eram fuzis de 1908 já bastante usados, fuzis de 1895, ‘manulichers’ que já era arma obsoleta e, às vezes, até rifles, estes já adquiridos na luta, comprados aqui e acolá” e também detalhava a situação das munições: “às vezes, de 10 cartuchos, disparava um. Basta dizer o seguinte, que em 1930 brigava-se com munição de 1912”.

A situação se tornara tão grave que a polícia se viu obrigada a economizar munição, recebendo ordens para atirar apenas quando se tivesse certeza do acerto ao inimigo; como também aproveitando os cartuchos que hora encontravam pelo chão. Assim, chegou a tal ponto que, “em desespero, chegaram a recorrer à simulação do barulho de tiros, batendo em latas de gasolina enquanto atiravam” (LEWIN, 1993, p. 352).

Além disso, João Pessoa, não conseguia obter este material por causa da ferrenha fiscalização imposta pelos estados vizinhos, que impediam “o desembarque de qualquer material bélico destinado ao governo da Paraíba” (RODRIGUES, 1978, p. 128). Junte-se a isso, o não consentimento de licença para compra desse material, por parte do Catete, que também usava de rigorosa fiscalização nas alfândegas.

O governo paraibano viu-se obrigado a conseguir armas e munições por meio de ações perigosas, como o contrabando, plano que recebia o apoio de Minas. Outras ações foram promovidas em prol de conseguir armas e munições, a exemplo da “semana da bala”. Semana esta onde, o Palácio passou a receber pessoas de vários lugares trazendo esses materiais, como uma forma de contribuição à causa.

Dentro deste contexto, recebia o presidente a ajuda de outros estados, como Rio Grande do Norte e Ceará. Este último, passando a enviar, clandestinamente, armas pertencentes ao arsenal do Padre Cícero, mesmo estando num estado precário, pois o material estava enterrado.

Por fim, com o intuito de arrasar com a cidade em revolta, fabricou-se uma bomba, a qual não chegou a ser utilizada, pois o presidente João Pessoa desistiu do plano, sendo consciente do quão seria trágico o resultado de tal ato.

Além de dificultar o transporte de armas com destino à Paraíba, o governo federal também interviu nos serviços do telégrafo, fazendo com que toda mensagem enviada ao governo paraibano e, que era do interesse dos revoltosos, era retida e seu conteúdo, revelado ao chefe da revolta. Assim, muitos planos criados contra os homens de Jose Pereira, eram descobertos bem antes de ser posto em prática.

A situação, de ambas as partes, chegou tal ponto que, teve início um momento chamado de “guerra psicológica”. Esta visava causar no inimigo um certo medo, capaz de fazê-lo desistir, talvez. Nesse sentido, uma das estratégias utilizada pelo governo foi espalhar a notícia do possível bombardeamento em Princesa.

Várias foram as tentativas de se conseguir um avião, para sobrevoar sobre Princesa. Tentativas, onde, a última, surtia efeito. No meio à luta, um avião, “(...) chegou a sobrevoar Princesa deixando polvorosa a população pois era a primeira vez que um tal engenho passava sobre a cidade, sendo o sobrevôo precedido pela aterrorizante notícia do bombardeamento. Apesar do medo geral, todos os que se encontravam na cidade atiraram inocuamente contra o avião que soltava um boletim concitando os revoltosos a se renderem (RODRIGUES, 1978, p. 155).

Tal atitude do governo fez com que os revoltosos reagissem de uma forma brusca, influenciados pelos Pessoas de Queiroz. O plano era espalhar homens armados em todos os locais, desde povoados até cidades. Plano que, em seu início, tivera a reprovação do coronel, pois este o achava muito perigoso, já que várias vidas, estavam sendo expostas ao risco. Logo, o coronel foi convencido do mesmo e, o Estado se viu num período de terror, que se intensificou após o vôo sobre Princesa.

Ao mandar seus homens ocuparem o Estado, o coronel lhe dava algumas orientações, como por exemplo, não roubar nada onde se chegasse, nem cometer crimes contra mulheres, idosos e crianças. Ordens estas que não fora seguidas, deixando assim, o Estado num impasse sem igual, pois cabia ao mesmo, garantir a paz e a segurança dos seus cidadãos.

Um fato que ocorrera antes, na “guerra tributária”, se repetia. Insultos eram trocados entre os dois lados através dos jornais. O governo, fazendo uso do

seu jornal oficial, A União. Neste, cuidava em chamar de “cangaceiro”, não a José Pereira, mas também a outros líderes sertanejos, como foi o caso de Duarte Dantas de Teixeira e, logo após, do seu parente, João Dantas, aquele que viria a dar um fim na vida do presidente paraibano. Insultos que eram revidados pelos revoltosos por meio de outros periódicos, como o Jornal do Commercio.

A luta seguia sem previsão de fim. O desejo, principalmente dos Pessoas de Queiroz, não veio a se concretizar: uma intervenção no estado paraibano. As tropas de José Pereira, em maio, começavam a dar os primeiros sinais de crise. Havia a necessidade de armas, de munição e alimentação. Até, seus financiadores pernambucanos se viam em crise.

Diante da situação, o presidente do país resolveu, então, enviar ao estado em luta, tropas do exército, as quais não chegaram à Princesa antes de 26 de julho.

Vários planos foram elaborados pelos revoltosos, numa esperança de se chegar ao fim. Um deles, sugerido pelos Pessoas de Queiroz, tidos como “mentores intelectuais da revolta”, era “uma marcha de José Pereira à frente de 1.000 homens sobre a capital do Estado” (RODRIGUES, 1978, p. 152). Que foi descartado pelo coronel.

Os mentores deste plano, insatisfeitos, logo cuidaram em criar um outro, que, também, objetivava a intervenção estadual. Se tratava este de um plano bem ousado que, fazia de Princesa uma cidade livre daquele estado que, com ela, entrara em luta.

### **3. O ato de bravura da cidade sertaneja: O território livre de Princesa**

Influenciado, ainda, pelos Pessoas de Queiroz, José Pereira decreta sua cidade, um território livre dos poderes estaduais paraibano.

Tal ato contou com a contribuição do professor de Direito Odilon Nestor, o qual deu apoio jurídico ao decreto, este depois de elaborado, e “(...) lhe sustentaria a constitucionalidade” (INOJOSA, 1980, p. 11). O mesmo deixava claro para aqueles que ansiavam pela realização o decreto, que tal independência só teria um caráter provisório, pois precisava este, após um tempo, se adequar aos meios regulares. Ainda disse Odilon Nestor: “Seja como for, o Decreto de Princesa representa ao país um caso inteiramente novo, inédito

em nossa história política e que convém por isso mesmo seja discutido e estudado em todos os aspectos” (Citado por INOJOSA, 1980, p. 110).

No dia 9 de junho de 1930, achava-se Princesa, por meio deste documento citado acima, um território independente da Paraíba. Segue abaixo o decreto:

Decreto nº 1, de 9 de junho de 1930

Decreta e proclama provisoriamente a independência do município de Princesa, separado do Estado da Paraíba, e se estabelece a forma pela qual se rege.

A administração provisória do Território de Princesa, instituído por aclamação popular, decreta e proclama a Resolução seguinte:

Art. 1º - Fica decretada e proclamada provisoriamente a independência do município de Princesa, deixando o mesmo de fazer parte do Estado da Paraíba, do qual está separado desde 28 de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º - Passa o município de Princesa a constituir, com os seus limites atuais, um território livre que terá a denominação de Território de Princesa.

Art. 3º - O Território de Princesa assim constituído permanece subordinado politicamente ao poder público federal, conforme se acha estabelecido na Constituição da República dos estados Unidos do Brasil.

Art. 4º - Enquanto pelos meios populares não se fizer a organização legal, será o território regido pela administração provisória do mesmo território.

Cidade de Princesa, em 9 de junho de 1930

José Pereira de Lima

José Frazão Medeiros Lima

Manuel Rodrigues Sinhô” (Citado por INOJOSA, 1980, p. 109 e 110).

Um dos idealizadores de determinado ato, em depoimento citado por Inês Caminha (1978, p. 152), declara sobre o decreto:

“O decreto resultou da nossa intenção de confundir o mais possível a situação. Na verdade, sentíamos que as fontes de auxílio a José Pereira estavam se esgotando, quer em dinheiro quer em armas e munições. Tudo dia a dia se tornava mais difícil. Então tentávamos a recurso último: Washington Luis intervir na Paraíba. Para ajuda-lo nisso, nós criamos, inclusive, o “Território Livre de Princesa”. O intuito principal era esse. Nós sabíamos muito bem que não podíamos criar o território livre, sem tornar Princesa autônoma ou soberana ou num território”.

Para dar mais bravura ao ato, foi criado em Princesa um jornal. Seu criador, Joaquim Inojosa, o escrevia e mandava imprimi-lo, clandestinamente, no Recife. Do mesmo, só chegaram a ser publicado dois exemplares. É importante ressaltar, que o jornal era todo confeccionado em Pernambuco, trazia em si,

como sendo editado em Princesa. Este também contou com a contribuição dos Pessoas de Querioz.

Fora criado, também, o hino com letra de Austro-Costa e composição de Nélson Ferreira, os dois, amigos de Inojosa. O hino ressaltava o caráter heróico de Princesa, quanto sua luta com o Estado e era cantado ao ritmo do Hino da Bandeira.

Diante dos fatos, o presidente da República tomava uma posição ambígua, pois, como foi visto, João Pessoa era oposição ao mesmo e José Pereira lhe prestou apoio político. Sua posição se torna equivocada quando o presidente alimenta uma simpatia pela rebelião, tendo os revoltosos como aliados políticos, mas não acreditava que a tão sonhada intervenção viesse a ocorrer, pois ela “só poderia ser efetuada por solicitação do executivo estadual, considerando que a constituição de 1889 dava completa autonomia aos estados na resolução de suas questões internas” (SANTOS NETO, 2007, p. 33). E como o próprio João Pessoa havia dito sobre a mesma: “Quanto a intervenção, não pedi nem pedirei, não por orgulho ou por vaidade, mas porque não me quero sujeitar com o meu estado a mais uma mistificação” (Citado por RODRIGUES, 1978, p. 146).

Ainda sobre a posição do governo federal afirma Barbosa Lima Sobrinho (1975, p. 121):

Assim, entretanto, se conduziu efetivamente o governo da União. Hesitava entre as providências possíveis, ora deliberado a intervir para acabar com a luta, ora decidido a cruzar os braços, indiferente à peleja, ora inclinado a embaraçar a ação do governo do Estado sem auxiliar os sublevados.

E seguia na Paraíba a rebelião, sem tréguas, que já durava meses. Até que um fato veio a pôr-lhe um fim: morre o presidente paraibano.

#### **4. O fim da luta em Princesa**

Prosseguia a guerra no sertão paraibano, sem visão de um futuro ganhador ou perdedor; mal sabendo àqueles que dela faziam parte, que seu fim estava se aproximando.

Dentre os muitos que se sentiam prejudicados com a política inovadora de João Pessoa, estavam os membros da família Dantas. A situação piorou quando

teve início a guerra em Princesa, com o episódio de Teixeira, cidade que estava sob o domínio dos Dantas.

Durante a luta, a família Dantas foi atingida pelo governo de várias maneiras. Como vimos nos casos descritos durante a chegada da polícia em Teixeira, que agravou tal família, outros atos viriam agravar a relação destes com o presidente paraibano, principalmente, com um dos membros desta, João Duarte Dantas.

Um desses casos foi a prisão de um irmão de João Dantas, deliberada pelo estado paraibano, logo quando teve início o conflito. Como também, é dado à polícia a autoria do incêndio à fazenda Santo Agostinho, propriedade dos Dantas. Sabendo de tais ocorrências, envia João Dantas, ao presidente da Paraíba a seguinte mensagem:

“Recife, 1º de junho de 1930 – Presidente João Pessoa – Parahyba Acabo receber confirmação contínua incommunicavel Piancó sob vistas vosso chefe policia meu irmão Joaquim, seqüestrado vossa ordem de 23 de maio, emquanto fizestes policia informar falsamente Tribunal ter sido posto em liberdade. Agora sei ordenastes incêndio fazenda meu pae de cuja realização sois bem capaz, pois mesmo fez vossa policia fazenda Santo Agostinho pertencente minha família. Matae, depredae, vontade, aproveitando commoda oportunidade satisfação vossos instictos, mas ficae certo nenhum Dantas se amedrontará nem se humilhará diante vosso capricho. E uma vez vosso obliterado senso moral, obscura consciência jurídica vos permitem taes desatinos, apesar longo exercício magistratura, sou forçado lembrar, sem estardalhaços tão do agrado vosso temperamento theatral, que felizmente tende filhos e juntamente com elles respondereis pelo que soffrer minha família, respondendo também Estado pelos prejuízos materiaes nos causardes. Saudações – João Duarte Dantas”. (Citado por RODRIGUES, 1978, p. 160).

A resposta do presidente veio de forma direcionada ao público, já que a mesma se fez numa das edições do jornal A União. Segue a mesma:

“O presidente João Pessoa mal conhece esse molambo que acode pelo nome de João Dantas. (...) Até que agora, depois de deflagrados os acontecimentos de Princeza, o miserável se transformou em espião a serviço dos cangaceiros, acertando finalmente com um serviço bem à altura de sua falta de escrúpulo e de sua falta de caracter: (...)”

Agora, João Duarte (Dantas), com uma bravura telegraphica igual à do seu primo Duarte Dantas, manda da vizinha capital do sul esse despacho ameaçador ao chefe do govêrno. Despacho onde se estampa toada a influencia ancestral de perversidade e cobardia dos Dantas.

João Dantas, impossibilitado de se vingar do presidente João Pessoa, desse presidente que todo dia encontrava nas nossas ruas, sem ter a coragem de um só gesto de descontentamento, jura-lhe, num desabafo de bandido, os filhos menores, o mais velho dos quaes tem 17 annos!

Covardia igual vamos encontrar mesmo nesta campanha (Princesa) em dois dignos membros dessa família de scelerados". (Citado por RODRIGUES, 1978, p. 160).

Daí por diante, insultos serão constantes entre ambas as partes. João Pessoa fazendo uso do jornal A União e, João Dantas, usando o Jornal do Commercio. Insultos esses, que só terá fim com a morte de João Pessoa. Até que, a polícia paraibana, na ausência do Sr. João Dantas, invade seu apartamento, na capital paraibana, com a desculpas de apreender armas e munições que, possivelmente, seriam enviadas à Princesa, já que João Dantas era aliado de José Pereira, como também de Suassuna.

Chegando no apartamento a polícia não apreende armas e munições, "mas também os papéis, cartas amorosas de João Dantas, ou a ele dirigidas" (SOBRINHO, 1975, p. 124). E, como se não bastasse, cuidou-se, então, as forças estaduais, em publicar no jornal A União, tais papéis que foram encontrados; sendo os mais íntimos, expostos num mural na portaria do prédio do jornal, para quem quisesse vê-los.

Cego pelo desejo da vingança, João Dantas que já trazia precedentes de outros crimes, não deixaria passar tal ato despercebido. "Já decidido a um desforço, envenenado pela campanha da folha oficial do estado, não encontraria João Dantas, nessa pequena colônia, quem o dissuadissem do propósito sanguinário" (SOBRINHO, 1975, p. 125).

Assim, em 26 de julho de 1930, sabendo João Dantas, por uma notícia no jornal, que o presidente paraibano se encontrava na capital pernambucana, local onde residia o assassino, saiu o mesmo à procura do seu alvo. O encontro numa confeitaria onde cometeu o crime.

Descreve, Joaquim Inojosa (1978, p. 211 e 212), os acontecimentos daquele dia:

Foi na tarde de 26 de julho de 1930, pelas 17h30min, que tombou assassinado na Confeitaria Glória, no Recife, o Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Achava-se sentado em torno de pequena mesa, tomando despreocupadamente o seu chá, em companhia dos amigos Agamenon Magalhães, advogado e ex-deputado federal, Caio de Lima Cavalcanti, diretor substituto do Diário da manhã, e o comerciante Alfredo Whatley Dias.

Apesar de envolvido numa luta feroz qual o caso de Princesa e cercado de inimigos por todos os lados, fazia-se acompanhar apenas de dois ordenanças; além disto, até a sua visita ao Recife, fora pela manhã imprudentemente anunciada no jornal A União (...)

Era o chamariz para a morte.

Chegando ao Recife, visitara o amigo Cunha Mello no Hospital do centenário, e sem qualquer preocupação se dirigiu ao jornal Diário da Manhã, ao Restaurante Leite para almoço, à joalheria Krause, de onde seguiu a um atelier para fotografar-se e daí à Confeitaria Glória. Mal sabia que era acompanhado pela sombra invisível da morte.

Ainda continua Inojosa:

Um vulto de sertanejo resoluto entrou pela porta lateral da Confeitaria, à rua de santo Amaro, aproximou-se do Presidente e sacando de um revólver, desfechou-lhe toda a carga à queima-roupa. Um tiro falhou: João Pessoa tentou erguer-se, esboçando um sorriso, mas a rapidez dos demais disparos o prostrou. Talvez ainda ouvisse a exclamação arrogante – Eu sou João Dantas! -, como a dizer: ajustamos as nossas contas. Levado para a Farmácia Pinho, faleceu o infeliz homem público, quando os primeiros socorros lhe eram prestados, com aplicações de soros reanimadores.

O assassino tentou escapar, mas logo foi preso, juntamente com seu cunhado, Augusto Moreira Caldas, que o acompanhava. Onde, no dia 6 de outubro do mesmo, achavam-se os dois mortos. Não se sabe bem a verdade desse crime, a versão oficial foi a de suicídio, mas há quem defenda que ambos foram assassinados, a exemplo do escritor Fernando Melo, que em seu livro “João Pessoa – uma biografia”, deixa clara essa última versão sobre a morte de João Dantas e não traz a figura de João Pessoa expressa como um herói para história da Paraíba.

A Paraíba recebe a notícia da morte de seu presidente, onde grande alvoroço invade as ruas de sua capital, como descreve Barbosa Lima Sobrinho (1975, p. 126):

(...) a multidão ia para as ruas, expendindo-se em depredações contra os adversários. Perto de duzentos presos saíam da cadeia pública e, reunidos à turba enfurecida, caíam sobre as propriedades dos inimigos políticos, para destruí-las, para reduzi-las a cinzas. De todas a parte, ouviam-se tiros, deflagrações de bombas de dinamite. As labaredas dos incêndios ateados pelo povo dentro em pouco subiam na treva da noite, como se outra pira não parecesse digna do morto que todos choravam.

A notícia chegava à Princesa onde era recebida com alegria por alguns revoltosos, um deles a leva à José Pereira.

- João pessoa morreu! Ganhamos a luta, coronel!  
E ele retrucou:

- Perdemos!... e completando o vaticínio: Perdi o gosto da luta. Os ânimos agora vão se acirrar e principalmente contra mim. João Dantas não devia ter feito isso: eu não comungo com o assassinato. (Citado por RODRIGUES, 1978, p. 163).

Só após a morte de João Pessoa o presidente da União toma uma decisão quanto a luta em Princesa, enviando ao lugar citado as forças do Exército, como o objetivo de estabelecer a tranqüilidade naquele estado. Para tanto, o presidente pede, em telegrama, a colaboração de José Pereira, que não lhe nega tal pedido, com a esperança de se ver longe da violência causada pela polícia estadual no momento. Tem assim, fim, a revolta em Princesa.

Deflagrada a chamada “Revolução de 30”, José Pereira deixa Princesa, outubro do mesmo ano, passando o mesmo a residir em alguns estados do nordeste, mudando até seu nome. Até sua morte, em 1949, ele retorna à Princesa como visitante, vindo, posteriormente, a residir na cidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a Primeira República, o sistema político em todo território nacional, foi caracterizado pela presença das oligarquias. No âmbito nacional, se destacavam as oligarquias mineira e paulista. O pequeno estado da Paraíba não fugiria à regra, igualmente aos outros, sua política se baseava na “Política dos Governadores”, sustentada por uma espécie de troca de favores que ia desde a mais alta hierarquia política até suas base. Essas bases eram figuradas, na Paraíba, na pessoa do coronel que agia como chefe político local das regiões, os mais fortes, concentrados no Sertão.

Com essa política, onde o poder estava concentrado nas mãos de uma oligarquia, existente durante a República Velha, o governo da Paraíba contará com a presença de três grandes oligarquias, significativas para sua história: o venancismo (Venâncio Neiva), o alvarismo (Álvaro Machado), epitacismo (Epitácio Pessoa). Todas trazendo como características as velhas práticas do mandonismo local.

A política da Paraíba, desde 1915, tinha como líder o político Eptácio Pessoa; este, nunca chegou a assumir o governo paraibano, mas os governantes que subiram ao poder durante sua oligarquia, agiam conforme seu desejo. O mesmo, em sua vida política, veio a assumir o governo da União. A fase epitacista começou a demonstrar aspectos decadentes assim que Eptácio indicou seu sobrinho para a presidência do Estado.

Foi na oligarquia epitacista, sob o mandato do presidente João Suassuna, que a Paraíba viu a elevação do coronelismo. Mesmo, sendo a política epitacista caracterizada mais por doutores do que por coronel. Sendo João Suassuna um autêntico coronel, também como governante, agiu como tal.

Suassuna, político e coronel sertanejo, tinha uma forte ligações com os demais coronéis do Sertão. Foi nessa fase que o coronelismo teve seu ápice. Vários conflitos advindos dos coronéis ocorreram em algumas cidades paraibanas; o cangaço também se fortificou na época. As pessoas que sofriam com essa situação não podiam nem recorrer ao chefe estadual nem a justiça, pois ambos andavam lado a lado com o coronelismo.

Não se pode negar que esse sistema político sobrevivia tendo por base o coronelismo, já que, em épocas de campanhas eleitorais, eram a eles a quem os candidatos recorriam em busca de seu apoio. Pois essas figuras políticas tinham um grande número de pessoas sob seu domínio, pessoas estas que viam o coronel como um salvador, que os auxiliava-os em tempos difíceis. E, para recompensá-lo, dava seu voto aos candidatos que esses chefes locais escolhiam. Exemplo destes atos são as expressões “voto de cabresto” e “currais eleitorais”. É importante destacar que, nas eleições para presidência do Estado na época, não havia um só voto contra a situação.

O coronelismo vai conhecer o desprestígio quando, em 1928, João Pessoa, sobrinho de Eptácio, assume o poder. Este veio governar a Paraíba com um espírito inovador e renovador, disposto a corrigir tudo que considerava errado. Esse seu novo jeito de governar, jeito este em que os políticos paraibanos não estavam acostumados, causou um grande descontentamento àqueles que se viam prejudicados com suas ações.

Como foi visto, a política paraibana estava sustentada pelos coronéis. Esses se sentiam contrariados, com seus poderes e regalias diminuídos por conta das ações de João Pessoa. Ações como: a campanha contra o banditismo, a luta pelo desarmamento e, a mais ferrenha, a Guerra Tributária e, a apontada

como estopim para eclosão do movimento na cidade de Princesa em 1930, a composição da chapa de candidatos para a bancada federal e para o senado. Todas, agredindo de uma forma ou de outra, esses coronéis sertanejos, que, sentiam-se desprestigiados, sem as regalias de outrora.

Dentre esses coronéis, destaca-se José Pereira, chefe político da cidade de Princesa e, coronel que detinha muito poder no Estado, chegando sua fama a alcançar toda Paraíba, como também, os limites dos estados vizinhos. Seu sentimento de desprestígio foi tão grande que, chegou a romper suas relações políticas com João Pessoa.

Vale salientar que, no momento, João Pessoa havia empreendido sua campanha eleitoral para o pleito presidencial de 1930, onde concorria à vaga de vice-presidente pela Aliança Liberal, da qual fazia parte os estados da Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Como se sabe, o presidente da Paraíba, num gesto ousado, negou apoio à chapa apresentada pelo presidente Washington Luis, encabeçando, junto com Getúlio Vargas, a chapa da oposição.

Havendo a cisão dentro do Partido Republicano da Paraíba, entre “o poder privado e o poder instituído”, nas figuras de José Pereira e João Pessoa, respectivamente, estava declarada a “Guerra de Princesa”.

A guerra só viu seu fim no dia 26 de julho de 1930, quando João Dantas, que entrara na luta do lado coronelato, assassinou João Pessoa. Fato que repercutiu por todo território nacional, já que João Pessoa fazia parte da chapa aliancista. O fato contribuiu para o movimento de 30 e, de certa, fez com que Getúlio Vargas assumisse a presidência do Brasil, mesmo tendo perdido as eleições para Júlio Prestes. Esse fato marcou o fim do período conhecido como “República Velha”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Wellington. **João Pessoa – O Reformador**. João Pessoa: Idéia, 2005.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História) João Pessoa: UFPB, 2006.
- ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa Cavalcanti de. **João Pessoa – O sentido de uma vida e de uma época**. João Pessoa: Acauã, 1979.
- ALMEIDA, José Américo de. **O ano do nego – memórias**. João Pessoa: UFPB, 1978.
- BORIS, Fausto. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Os bestializados**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados. Revista de Ciências Sociais** Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: < <http://www.scielo.br> > Acesso em: 04 de julho de 2009.
- CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Sociedade e política na Primeira República**. Discutindo História do Brasil. São Paulo: Atual, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Coronelismo – Uma política de compromissos**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, s/d.
- JOFFILY, José. **Revolta e revolução – cinquenta anos depois**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa (José Pereira X João Pessoa – 1930)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1975.
- LELIS, João. **A campanha de Princesa – 1930**. João Pessoa: União, 1930.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MELO, Fernando. **João Pessoa – Uma biografia**. 3 ed. João Pessoa: Idéia, 2003.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **João Pessoa perante a história**. João Pessoa: A União, 1978.
- MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Primeira República na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1982.
- MORAIS, Fabrício de Sousa. **As Festas da Nação: Civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) João Pessoa: UFPB, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- PESSOA, Eptácio. **João Pessoa – o sentido de uma vida e de uma época**. João Pessoa: Acauã, 1979.
- RAPOSO, Eduardo. **1930 – Seis versões e uma revolução**. Recife: Editora Massangana, 2006.
- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A revolta de Princesa – Uma contribuição ao estudo do mandonismo local Paraíba (1930)**. João Pessoa: A União, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A Revolta de Princesa: poder privado x poder instituído**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. (Mestrado em História), João Pessoa: UFPB, 2007.

- SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a revolução de Outubro – 1930**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.
- VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- VISCARDI, Cláudia M. R. Aliança “café com política”. IN: **Revista nossa história**. Ano 2 / nº 19, maio / 2005, p. 44-47